


 Eduardo Medrado
 Aldo H. Nunes
 Daniel Bernades
 R. Paranaíba
 C. Landoni

///

Ofício nº 001/97. Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 17 (dezesete) dias do mês de fevereiro de 1997 (Hum mil novecentos e noventa e sete) às 9:30 (nove horas e trinta minutos) na sala de reunião da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, contando com a presença dos senhores gestores, representando a Secretaria de Estado da Saúde: Dr. Eduardo Novaes Medrado; Dr. Luis Eduardo Rodrigues; Senhor Nisei Costa Lima; Senhora Ruth Mercês W. N. Paranaíba; Senhor Carlos Alberto Landoni. COSEMS: Senhor Willian F. Pons; Dr. José Abílio Seara Filho - SMS/Araguaína; Dr. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas; Dr. Osvaldo Rocha SMS/Cristalândia; Senhor Willian F. Pons - Residente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Tocantins. Participantes Dr. Arnaldo Alves Nunes; Genésio de Paula Silva; Sr. Otenei de C. Góis Silva. Senhor Cláudio M. Diniz - Prefeito Municipal de Cristalândia. Os participantes, digo, Dr. Eduardo Novaes Medrado faz apresentação dos projetos das prioridades de financiamento REFORBUS com apoio de Carlos Landoni e Daniel Bernades SESAU-Tocantins, e esclarecendo aos presentes que são prioridades já aprovadas anteriormente, e por

adequação faz-se necessário resoluções por projetos, neste interim, faz-se presente às 9:50 (nove horas e cinquenta minutos) Dr. Alexandre S. Tadeu Abdalla SMS/Gurupi-TO. Dr. Eduardo Novaes Medrado abre a palavra dos presentes para discursões, Senhor Willian F. Pons faz algumas colocações sobre encaminhamentos das Comissões Intergestores Bipartite, Senhor José Abílio Seara Filho fundamenta a necessidade da reforma do Centro Cirúrgico de Maraguá. Os participantes votam sem mais, abre-se a votação sendo aprovado por unanimidade a priorização dos recursos do REFORSUS referente a obras e aquisição de equipamentos destinados ao Hospital Geral de Palmas, Hospital Regional de Maraguá, Hospital Regional de Paraíso, conforme consta nas resoluções 01 (um), 02 (dois), 03 (três) de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete) assinadas pelos presentes. Após votação, Dr. Neilton Araújo de Oliveira repica a necessidade de discutir as câmaras de compensação e esclarecimentos quanto a conceito, primazia da Comissão Intergestores Bipartite. Dr. Eduardo Novaes Medrado, concorda e designa Dr. Luís Eduardo Rodrigues (Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins) para na reunião do dia 20 (vinte) dias do mês em curso do COSEMS, para informar estas indagações. Senhor Willian F. Pons, relata que as discursões na Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins tem avançado com negociações dos tetos físico orçamentário entre os municípios, compensando os serviços de saúde onde são realizados. Dr. Alexandre T. Salomão Abdalla lembra que o município de Gurupi está atendendo em sua complexidade de

041-A internações Hospitalares os municípios circunvizinhos (Formoso do Araguaia, Duere, Itiança, Cuij e outros), solicitando uma reestruturação do atendimento. Dr. Arnaldo Alves Nunes, pede que na próxima reunião seja discutido o futuro do REFORSHS, onde as filantropicas participem deste beneficio. Dr. Eduardo Novaes Medeiros lembra que o sistema parceria entre a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins e as Filantropicas tem dado certo no Estado do Tocantins. Na oportunidade Dr. Neilton Araújo de Oliveira e Senhor William F. Pons rejeita a necessidade da participação dos Secretários municipais de Saúde na reunião do COSEMES-Tocantins a realizar-se a no dia 20 (vinte) do corrente mês às 8:30 (oito horas e trinta minutos) no auditório do Palácio Araguaia. Dr. Eduardo Novaes Medeiros encerra essa reunião agradecendo a presença de todos presentes. A presente ata foi lavrada e assinada às 11:30 (onze horas e trinta minutos).

Edmundo Mendes
Presidente do Conselho

Arnaldo Abdalla

COSEMES-TO

João Carlos Rodrigues

(SES-TO)

Osvaldo Rocha

(Crustafania - TO)

João de Deus

(Sec SAÚDE) ARAGUAIA

Antonio

SENHAS - PALMAS

Antonio

SESAU-TO

Antonio

SESAU-TO

Antonio

SESAU-TO

Antonio

SESAU-TO

Of. 002/97. Primeira Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 09 (nove) dias do mês de abril de 1997 (Um mil novecentos e noventa e sete) às 09:30 (nove horas e trinta minutos) realiza-se na sala de reunião da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins com as presenças COSEMS: Doutor Neilton Araújo de Oliveira - Secretário Municipal de Saúde / Palmas; Dr. Antonio Cayres de Almeida - Secretário Municipal de Saúde / Augustinópolis; Dr. José Abílio Seara Filho - Secretário Municipal de Saúde / Araguaína; Dr. Francisco Carlos Almeida Leme - Secretário Municipal de Saúde / Formoso do Araguaia; Dr. João Antunes Teixeira - Secretário Municipal de Saúde / Araguaia. Suplente. Pela SESAU/TO, Doutor Eduardo Novaes Medeiros, Secretário de Estado da Saúde do Tocantins; Dr. Luís Eduardo Rodrigues - Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Ações de Saúde; Dr. Arnaldo Alves Nunes - Diretor do Departamento de Medicina Preventiva; Senhora Nilza Oedescio Reis - Chefe de Gabinete; Senhor Moisés Costa Lima - Diretor de Administração e Finanças. Sendo como proposta de pauta: 1- REFORSLUS - Sangue e Hemoderivados - Palmas e Araguaína; 2- REFORSLUS - Laboratório Central; 3- REFORSLUS - Informação de Sistema para todo o Estado do Tocantins. Sendo proposta a inclusão dos itens: 4- Dengue; 5- Quimioterapia Ambulatorial. Dr. Eduardo Novaes Medeiros, faz uma breve exposição sobre como estão as propostas para o REFORSLUS no ano de 1996 e 1997 (Um mil novecentos e noventa e seis e Um

042-A mil novecentos e noventa e sete). Dr. Neilton Araújo de Oliveira solicita que a Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins informe, digo, informe quais são as prioridades de financiamento, a participação das filantropias, das Secretarias Municipais de Saúde. Dr. Oduardo Novaes Medrado as linhas definidas pelo Ministério de Saúde. Dr. Neilton Araújo de Oliveira, solicita que seja editado um informativo para as Secretarias Municipais de Saúde. Neste momento chega para participar desta, Dr. José Wolney Valente - Secretário municipal de Saúde / Dianópolis - Suplente; Senhor Gelson Pereira da Costa - Secretário Municipal de Saúde / Colinas - Suplente; Dr. Alexandre Salomão Odeu Abdalla, solicita informações sobre o pedido de habilitação encaminhada pela Secretaria municipal de Saúde para o Ministério da Saúde. Dr. Oduardo Novaes Medrado propõe a Comissão que seja elaborada, estudado a habilitação de todos os municípios Tocantinenses na habilitação de gestão incipiente, tendo o critério de ter sido criado o Conselho Municipal de Saúde, logo, sendo dado prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de documentação exigida pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde / 93 (noventa e três). Aprovada Resolução, digo, as Resoluções número 02/97, implantação, digo, conclusão de parte do Laboratório de Referência em Saúde Pública do Estado do Tocantins (LACEN-TO) no valor de R\$ 941.177,00 (novecentos e quarenta e um mil cento e setenta e sete reais). Ampliação do Hospital

Regional de Araguaína, com a construção do Hemocentro, no valor de R\$ 316.868,00 (trezentos e dezesseis mil oitocentos e sessenta e oito reais). Implantação da Rede Nacional de Informação em Saúde, em todo o Estado do Tocantins, com a aquisição de equipamentos, no valor de R\$ 294.118,00 (duzentos e noventa e quatro mil cento e dezito reais). Referentes a ampliação do Hospital Geral de Palmas, com a construção de parte do Hemocentro, no valor de R\$ 349.014,00 (trezentos e quarenta e nove mil e quatorze reais). Municípios do Estado do Tocantins, que cumpria os requisitos constantes na Norma Operacional Básica - NOB 01/93, Habilitados em Gestão Incipiente. Dr. Arnaldo Alves Nunes faz-se apresentação da política do Departamento de Vigilância à Saúde, sobre a Dengue. Dr. Eduardo Novaes Medeiros encerra esta reunião agradecendo a presença de todos presentes. A presente ata foi lavrada e assinada às 11:40 (onze horas e quarenta minutos).

Edmundo Brandão
Secretário de Saúde
ARAGUAINA.

Juliano SES-76

Medeiros Medeiros
Secretário de Saúde

Juliano SES-70

Edson Reis

Araguaína

Araguaína

José Wolney Vaz

João de L.

João Antunes

Ata 003/97. Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete) às 10:15 (dez horas e quinze minutos) realiza-se na sala de reunião da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins com a presença dos seguintes membros: COSEMS: Doutor Neilton Araújo de Oliveira - Secretário municipal de Saúde/Palmas; Doutor Francisco Carlos Almeida Leme - Secretário municipal de Saúde/Formoso do Araguaia; Senhor Gilson Pereira da Costa - Secretário municipal de Saúde/Molinhas do Tocantins; Senhor José da Silva - Secretário municipal de Saúde/Augustinópolis; Doutor Valtér Quaiato Amorim - Secretário municipal de Saúde/Porto Nacional. SESAU: Doutor Eduardo Nogueira Medrado - Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins; Doutor Luís Eduardo Rodrigues - Diretor do Departamento das Ações de Saúde; Doutor Arnaldo Alves Nunes - Diretor do Departamento de Medicina Preventiva; Senhor Moisés Costa Lima - Diretor do Departamento Administrativo e Finanças; Senhora Nilza Oedersco Reis - Chefe de Gabinete. Convidados: Doutora Aldir de Almeida Nunes Barbosa - Assessora Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde; Senhora Lígia Cássia Rocha Braga - Coordenadora de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde; Enfermeira Orbaene Oedersco Canêdo - Coordenadora do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde; Enfermeira Ruth Narcís L. Nogueira Paranaíba; Senhor Carlos Alberto Zandoná; Doutora Cleia Moraes Oliveira Damasceno; Senhor Paulo Roberto Ribeiro - Prefeito

da cidade de Oaguatinga; Senhora Jara Zito Bucar Oliveira - Secretária municipal da cidade de Brasilândia; Senhor Delcio Sausen - Secretário municipal de saúde da cidade de Silvâniapolis. Doutor Eduardo Novaes mediado da início a reunião pedindo desculpas pelo atraso. Inicia falando sobre os hospitais em municípios de fronteira, onde não reside médico, como os municípios de Filadélfia e Couto Magalhães, incentivando atuação do Bonto atendimento. Na oportunidade com a presença da senhora Elvira Rodrigues dos Santos - representante do ministério da Saúde no Estado do Tocantins é solicitada para o incremento nas auditorias pactuadas entre ministério da Saúde - TO e Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, continuando Doutor Eduardo Novaes mediado lê a pauta e coloca-se a disposição. Doutor Neilton Araújo de Oliveira informa sobre o Encontro do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde - COSEMS, realizado nos dias 15 e 16 (quinze e dezesseis) do mês em curso, onde a região norte está presente na nova Diretoria Executiva e o Estado do Tocantins como titular da Vice-Residência, Região norte. Doutor Luis Eduardo solicita a inclusão em pauta do item: Criação de formação do Sistema Estadual de Auditoria. Em assuntos Diversos como: os pleitos de gestão incipiente e o pleito do município de Oaguatinga. Doutor Luis Eduardo Rodrigues lê a pauta da reunião anterior, objetivando a continuidade. Doutor Luis Eduardo Rodrigues expõe sobre o item I - Definição de

044-1 Parâmetros do Sistema Único de Saúde do Estado do Tocantins a exposição de motivos baseado em critérios como: capacidade instalada recursos humanos residente no município. Doutor Neilton Araújo de Oliveira solicita a mudança do Título para "prioridades para cadastramento" com critérios municípios possuir mais de 5.000 (cinco mil) habitantes; Unidade contar com dois ou mais médicos; médicos residirem no município; 01 (um) médico para no máximo 25 (vinte e cinco) internações. Os casos excepcionais deverão ser encaminhado à Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins para análise. Devendo ser fortalecido dos consórcios inter-municipais de saúde, estimulando a participação nesta discussão. Sendo aprovado por unanimidade. Quanto a definição de Hospitais referenciais Regional - Gerência e Gestão. Doutor Luis Eduardo Rodrigues faz exposição de motivos. Doutor Neilton Araújo de Oliveira solicita que a Gerência e gestão dos Hospitais Regionais seja Chancelado pela Comissão Intergestores Bipartite, digo, pelo Conselho Estadual de Saúde, devendo ser anexado Também os consórcios municipais, fomentando a discussão pelos Hospitais Regionais, e a Gestão e gerência destes hospitais seja analisado pela Comissão Intergestores Bipartite, sendo aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta Doutor Luis Eduardo Rodrigues e expõe a proposta para critérios para cadastramento no Sistema Único de Saúde. médicos e odontólogos; cadastro para municípios com mais de 5.000 (cinco mil) habitantes; Radiodiag

góstico e patologia clínica apenas com parecer favorável da vigilância sanitária da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins quanto às instalações e equipamentos; Caso o município possua hospital e não se enquadrar nos critérios acima citados para cadastramento no Sistema Integração Hospitalar, cadastrá-lo como ponto-atendimento. Sendo reformulado para "prioridades para cadastramento" e casos excepcionais, deverão ser encaminhados à Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, aprovado por unanimidade. Quanto ao próximo item: Critérios para expansão do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde; solicita-se mudança para "implantação do PACS" a expansão deverá ser feito um estudo para posterior análise da Comissão Intergestores Bipartite, mudando para "Condições de implantação do PACS". Doutor Luis Eduardo Rodrigues apresenta a Proposta de Implantação do Sistema Estadual de Auditoria. No item dos pleitos do Sistema de Integração Hospitalar onde será discutido os pleitos aos presentes. Neste momento faz-se presente o Secretário municipal de Saúde da cidade de Silvanópolis. Doutor Luis Eduardo Rodrigues lê o ofício do gestor do município de Santa Rosa. Dá-se a palavra ao Secretário municipal de Saúde da cidade de Silvanópolis o Senhor Délcio Sausen, pleiteando 20 (vinte) AIH's. Sendo pleiteado pelo Secretário municipal de Saúde da cidade de Porto Nacional a necessidade de 15 (quinze) AIH's para Porto Nacional e 16 (dezesseis) AIH's para Silvanópolis a partir do mês de maio

045-F de 1.997 (hum mil novecentos e noventa e sete). Plei-
tos de Sistema de Internação, digo, Sistema
de Informação Ambulatorial; Pleito no REFORSUS
para a filantropia Padre Luso. O Técnico
Carlos Alberto Zandoná, gerente do REFORSUS
do Estado do Tocantins, expõe a previsão de
recursos financeiros na primeira etapa. Doutor
Neilton Araújo de Oliveira lembra que todo pleito
de instituições filantrópicas. Doutor Luís Oduvaldo
Rodrigues concorda e encaminhará a Federação
das Misericórdias. Dos pleitos de desmembra-
mento dos tetos físico orçamentário dos muni-
cípios-mãe, em benefício dos municípios recém-
emancipados. Sendo proposto o estudo dos
tetos baseado nos parâmetros da Comissão
Intergestores Bipartite em reunião realizada no
dia 08 (oito) do mês de maio de 1.996 (hum mil
novecentos e noventa e seis), aprovado por una-
nimidade. Quanto ao pleito de Augustinópolis,
surge a proposta de um estudo do pleito. Sendo
aprovado por unanimidade o desmembramento
do teto físico orçamentário da Prefeitura muni-
cipal de Augustinópolis do Hospital comunitário
de Augustinópolis. O pleito de Brasilândia de
desmembramento do município de Residente
Kennedy, estando presente o Secretário municipal
de Saúde da cidade de Brasilândia, Senhora
Tava Brito Bucar Oliveira, expondo a situa-
ção aprovado por unanimidade, sendo estuda-
do com os Técnicos da Secretaria Estadual
de Saúde do Estado do Tocantins, Brasilândia
e Residente Kennedy. Pleito do retorno das FIH's da
cidade de Caguatinga referenciado ao município

de Dianópolis, estando presente o Prefeito Municipal da cidade de Ouquatinga o Senhor Paulo Roberto Ribeiro, com a palavra para expor seu pleito. Sendo aprovado por unanimidade o solicitado, sendo aprovado por unanimidade e encaminhado para a equipe Técnica para definição dos números baseados nos parâmetros aprovados anteriormente por esta Comissão Intergestores Bipartite. Doutor Luis Eduardo Rodrigues apresenta o material que constitui a pasta NOB/96 estudo sobre a NOB/96 e NOB/93, estudo sobre os índices do Estado do Tocantins, guia explicativo sobre o REFDRSUS, Doutor Neilton Araújo de Oliveira informa que o Ministério da Saúde assinou a resolução que normatiza a NOB/96, digo, o Ministério da Saúde Excelentíssimo Doutor Carlos César de Almeida Albuquerque assinou a nova resolução normatizando a NOB/96, dessa forma a nova resolução será informado aos municípios do Estado. Doutor Luis Eduardo Rodrigues coloca em votação o pleito da cidade de Santa Rosa sendo o mesmo aprovado por unanimidade. A redistribuição das FIIH's e Patologia Clínica que será analisadas pelos Técnicos da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde da cidade de Silvianópolis. Doutor Arnaldo Alves Nunes expõe sobre o estudo Técnico para a implantação do Sistema de Vigilância à Saúde do Estado do Tocantins. Em tempo: a respeito da definição de hospitais de referência regional - gestão e gerência, Doutor Luis Eduardo Rodrigues realizou a seguinte exposição de

motivos: 1- Gestão - O Hospital Estadual de Doenças Crônicas e os 11 (onze) hospitais Comunitários do Estado têm uma participação de clientela em sua maioria ou grande parte procedente da macro-região aonde estão instalados. Dessa forma, não se configuram hospitais do município e sim hospitais regionais. Para garantir o pleno funcionamento de suas atividades, é necessário que o quantitativo de autorização para internações hospitalares a essas unidades seja definido no plano estadual/macro-regional, com a gestão dessas autorizações sendo definida por centrais de AIH a nível estadual. 2- Gerência - fica mantida a gerência profissional dessas unidades hospitalares, através do convênio específico da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins com entidades de administração hospitalar, mesmo nas unidades hospitalares que estejam situadas em municípios habilitados em gestão plena do sistema municipal. 3- Os casos excepcionais deverão ser analisados pela CIB. Em tempo, a respeito dos critérios para cadastramento no SIH, modificado pelo plenário para priorização de cadastramento no SIH, Doutor Louis Eduardo Rodrigues faz a seguinte exposição de motivos: essa priorização tem como objetivo a consolidação e montagem de unidades de saúde com melhor capacidade instalada, garantir a cobertura de assistência médica 24 (vinte e quatro) horas todos os dias de internação; garantir um sistema de registro de planos aos profissionais médicos que permita

o descanso dos mesmos; garantir um rápido acesso do médico à unidade hospitalar em caso de urgência; Doutor Neilton Araújo de Oliveira afirma que todos os pleitos das unidades hospitalares filantrópicas deverão ser apresentados pela Federação das Misericórdias do Estado do Tocantins. Doutor Luís Oduardo Rodrigues solicita, então, que o pleito do Hospital Padre Luso presente na pauta não seja considerado, devido a ter partido do próprio hospital, solicitando que seja enviado o pleito através da Federação das Misericórdias do Estado do Tocantins. Em tempo: Quanto ao pleito da cidade de Brasitândia onde se se desmembramento seia-se retorno das consultores e procedimento médico - Odontológico de Presidente Kennedy, aprovado por unanimidade. Doutor Luís Oduardo Rodrigues encerra essa reunião agradecendo a presença de todos presentes. A presente ata foi lavrada e assinada às 13:15 (treze horas e quinze minutos).

Edmundo Almeida.

João de F. Augusto.

535-70

M. Oduardo Almeida

João de F. Augusto.

535-70

João de F. Augusto.

535-70

Em tempo: Sendo em vista pleito de Filantrópica de Palmas que ainda não pôde ser analisada pela Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins foi proposto e aprovado que nos estudos das próximas verbas do REFORSUS a comtemple com percentual maior que 20% (vinte por cento) as entidades filantrópicas a fim de atender este e outros pleitos Filantrópicos nos diversos municípios.

047-F Ata nº 004/97. Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Junho de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete) às 09:20 (nove horas e vinte minutos) realiza-se na sala de reunião da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins com a presença dos seguintes membros: CPSEMS: Doutor Neilton Araújo de Oliveira - Secretário municipal de Palmas/membro efetivo; Doutor Francisco Carlos Almeida Leme - Secretário municipal de Formoso do Araguaia - membro efetivo; Doutora Maria Jucineide de Ribeiro Alvino - Secretária municipal de Gurupi/membro efetivo; Senhor Gilson Pereira da Costa - Secretário municipal de Colinas/membro suplente; Senhor José da Silva - Secretário municipal de saúde de Augustinópolis/membro efetivo. SESFAM: Doutor Luís Eduardo Rodrigues - diretor do departamento das Ações de Saúde; Senhora Cleia Moraes Oliveira Damasceno - chefe de gabinete em substituição; Senhor Carlos Alberto Landoni - coordenador financeiro; Doutor Eduardo Novaes Medrado. Dr. Luís Eduardo Rodrigues faz a leitura da ata. Dr. Eduardo Novaes Medrado faz-se presente explicando sobre recursos do REFOR-SUS e CPMF. Dr. Luís Eduardo faz informes sobre a reunião do CONASS em Aracaju, onde foi demonstrado a incorporação na tabela do SUS da vigilância Sanitária e Epidemiológica. Dr. Neilton Araújo de Oliveira expõe as propostas existentes quanto a participação das três esferas de governo no fi-

nanciamento da saúde, que será definida na CIT para a aprovação do orçamento do Ministério da Saúde do próximo ano. Dr. Neilton Araújo de Oliveira propõe que a CIB leve, a cada instância representada, uma Moção de Apoio ao SUS, denominado SOS-SUS, o que foi aprovado por unanimidade. Dr. Oduardo Noves Medrado faz esclarecimentos sobre a participação do estado na área da saúde e relata as dificuldades dos municípios com o financiamento do setor, já que possuem o orçamento baseado no FPM. Dr. Oduardo Noves Medrado lembra a proposta do Fator Amazônico, aprovado no Conselho Nacional de Saúde e encaminhada à CIT. Doutor Luís Eduardo Rodrigues faz alguns esclarecimentos quanto às propostas do CONASS encaminhadas à Comissão Intergestores Tripartite. Dr. Luís Eduardo Rodrigues lê a pauta do dia, sendo que alguns presentes solicitam inclusão de pleitos. Em seguida, Dr. Luís Eduardo Rodrigues apresenta os requisitos mínimos para habilitação na gestão plena da atenção básica, conforme reunião do CONASS. Dr. Luís Eduardo Rodrigues coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos sobre o processo de habilitação, colocando a sugestão de formação da Comissão Técnica do CIB-Tocantins para análise da Tabela de Vipe e formação de Tabela do PAB própria do Estado, tendo sido votado e aprovado por unanimidade e montado equipe composta pelo Doutor Luís Eduardo Rodrigues da Secretaria de Estado

da Saúde do Tocantins e Doutor Francisco Carlos Almeida, chefe da Secretaria Municipal de Saúde de Formoso do Araguaia, e o Senhor Creomildo Cavallhedo Leite pela Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, ficando o outro nome da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins para ser definido posteriormente. Doutor Neilton Araújo de Oliveira para melhor esclarecimento aos presentes solicita leitura da Instrução Normativa nº 01/97, página 14 (quatorze), sobre avaliação do processo de habilitação de acordo com o estabelecido no anexo 01 da Instrução Normativa nº 01/97. O Senhor Gilson Pereira da Costa, lembra a dificuldade dos municípios sobre os requisitos da habilitação, principalmente os itens 1-D contratação, pagamento, controle e auditoria dos serviços, 1-S recursos humanos para supervisão e auditoria, entre outros. Doutor Luís Eduardo Rodrigues apresenta a proposta de Tabela alternativa para o SWS em Real, que deverá ser apresentada na próxima da Comissão Intergestores Tripartite. Para melhor entendimento, Dr. Luís Eduardo Rodrigues lê os anexos 01 e 02 dessa Tabela alternativa. Continuando, foi realizado pelo Dr. Luís Eduardo Rodrigues o detalhamento do PAB atual do Tocantins por grandes grupos de procedimentos. Dando andamento a pauta, Doutor Luís Eduardo Rodrigues aborda a participação do COSEMS no SNA, onde é proposto pelo Doutor Neilton Araújo de Oliveira um fórum de capacitação em auditoria no Estado do Tocantins, sendo proposto que o Ministério da Saúde

arcaria com as despesas de seus Técnicos, a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, daria apoio logístico e Secretarias Municipais de Saúde custeariam os seus Técnicos. Passando para a pauta dos pleitos, devido a vários projetos que foram encaminhados para a Comissão Intergestores Bipartite-Tocantins, propõe-se que sejam encaminhadas para áreas determinadas, objetivando emissão de parecer Técnico da viabilidade e necessidade do pleito. Dá-se a palavra ao Secretário Municipal de Saúde de Miranorte, que sugere a formação de Câmara Técnica paritária para estudo e análise dos pleitos. Dr. Neilton A. de Oliveira lembra que o pleito terá que seguir critérios da Comissão Intergestores Bipartite como a aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Dr. Luis Eduardo Rodrigues informa que os pleitos do município de Fátima (equipamentos), Nova Olinda (ambulância) e Santa Rita (construção de 01 "uma" unidade de saúde) requerem a documentação exigida, condicionado apenas, no caso de Fátima, à apresentação do Plano de Trabalho e Nova Olinda e Santa Rita, à comprovação da aprovação do pleito pelo Conselho Municipal de Saúde, sendo aprovados por unanimidade. Foi aprovado o pleito de Novo Acredo (mudança na aplicação dos recursos financeiros de construção de unidade de saúde para construção, digo, conclusão das obras do hospital municipal) foram retirados da pauta, para avaliação Técnica da Coordenação Financeira e Divisão de Engenharia da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins.

049-A de Aliança, Mirvanorte e Itaguana. Foi aprovado por unanimidade o desmembramento do Setor físico e orçamentário do Município de Itapiratinha em relação ao município de Presidente Kennedy, sendo proposto que o prefeito municipal de Itapiratinha procure o Departamento de Desenvolvimento das Ações de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins para definição. Senhor Gilson Pereira da Costa faz um adendo sobre o serviço prestado pela rede ambulatorial do município de Presidente Kennedy, pois este está sobrecarregando o município de Colinas. Os pleitos dos municípios de Lageado, Itaguana, São Miguel, Manáis, Darcinópolis, pela ausência de representante, foram suspensos. O pleito de Divinópolis aprovou por unanimidade o retorno dos serviços de R-X e Patologia Clínica referenciado ao Municipal de Paraíso, condicionado a avaliação Técnica do Departamento de Desenvolvimento das Ações de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. O pleito de Calistão sobre o desmembramento físico e orçamentário de Alvorada fica condicionado a negociação com o gestor de Alvorada. O município de Aparecida do Rio Negro e Silvanópolis através do seu secretário municipal de Saúde, solicita o desmembramento do município de Palmas dos procedimentos de R-X e Patologia Clínica, sendo proposto, pelo Dr. Neilton Araújo de Oliveira uma negociação entre as partes. O município de Itadelfia solicita o aumento das A.I.H.'s. Dr. Louis Eduardo Rodrigues propõe, devido

ao problema de residência no município de profissionais médicos que a unidade seja transformada em Pronto Atendimento, pois a resolutividade é mínima, tendo um custo médio de internação de R\$ 94,00, o mais baixo do Estado. A Comissão Intergestores Bipartite propõe que a Secretaria Municipal de Saúde e o Departamento de Desenvolvimento das Ações de Saúde negociem uma melhor resolução dos serviços de saúde para Filadélfia. O Senhor Gilson Pereira da Costa, solicita que sejam discutidos na Comissão Intergestores Bipartite quaisquer mudanças no quantitativo de A.T.H. Dr. Luis Eduardo Rodrigues explica que foi uma solicitação oficial do gestor de Pau D'Arco, para referência de 50% (cinquenta por cento) das internações em Uruapoeira e 50% (cinquenta por cento) em Colinas. Em assuntos diversos, Sr. Roberto Castelo Branco faz apresentação do Projeto da Vigilância Sanitária - VISA - relativo a financiamento, pelo Ministério da Saúde, para a aquisição de equipamentos mínimos para os serviços realizados pela VISA, sendo aprovado por unanimidade. Doutor Luis Eduardo Rodrigues encerra essa reunião agradecendo a presença de todos presentes. A presente ata foi lavrada e assinada por todos presentes. Encerrada essa reunião às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos). — x x x —

Em tempo: O Fator Amazônico foi aprovado na Conferência Nacional de Saúde. Doutor Neilton Mauip de Oliveira solicita a transcrição da peça de Apoio e em Defesa do SUS.

050-A Moção de Apoio e em Defesa do SUS. Considerando a indefinição e não regulamentação da NOB 01/96; adiamento sucessivo das reuniões da Comissão Intergestores Oripartite, indefinição do PAB, desvio de recursos da CPMF para pagamento de dívidas do Governo Federal; considerando ainda, a Política Nacional de Saúde atual que eleger 1997 como Ano da Saúde no Brasil; a Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, reunida em sessão Ordinária do dia 25/06/97, após discussão ampla, resolve oficializar o Ministério da Saúde, através da Comissão Intergestores Oripartite e Conselho Nacional de Saúde as seguintes proposições:

- Definição clara da vontade da atual Administração do Ministério da Saúde, em implantar a NOB-01/96.
- Definição imediata do valor do PAB em R\$ 1,00 (um real).
- Definição do teto Brasil R\$ 883.000.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Três milhões de reais).
- Definição clara dos papéis dos três níveis no Sistema Nacional de Auditoria (não Sistema Federal de Auditoria).
- Implantação do Cartão SUS.
- Apoio à aprovação da PEC 169 (encaminhando abaixo assinados).
- Apoio à mobilização Nacional dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, em defesa do SUS, dia 05/08/97 com mobilizações locais.

Palmas, 25 (vinte e cinco) de junho de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete). Membros da CIB-TO

Edmundo Mendes
Camareira - SES-TO
more onde h. xlv

[Assinaturas]

Ata nº 005/97. Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 03 (três) dias do mês de Julho de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete) às 09:50 (nove horas e cinquenta minutos) realiza-se na sala de reunião da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins com a presença dos seguintes membros: COSEMS: Doutor Neilton Araújo de Oliveira - secretário municipal de saúde Palmas/membro efetivo; Doutor José Abílio Seabra Filho - secretário municipal de saúde Itaguairã/membro efetivo; Doutora Maria Lucineide Ribeiro Alvino - secretária municipal de saúde Guapirã/membro efetivo; Doutor Francisco Carlos Almeida Leme - secretário municipal de saúde Campo do Maguaçu/membro efetivo; Senhor José da Silva - secretário municipal de Augustinópolis/membro efetivo; Doutor Václav Araújo Amorim - secretário municipal de saúde Porto Nacional/suplente; Doutor João Antunes Ceixeira - secretário municipal de saúde Itaguairã/suplente; SESFV: Doutor Eduardo Novaes Medrado - secretário Estadual de Saúde; Doutor Luís Eduardo Rodrigues - diretor do Departamento das Ações de Saúde; Senhora Ruth Mercês L. N. Pavanaguá; Senhora Cléia Moraes Oliveira Damasceno; Senhora Olívia Rodrigues dos Santos - Escritório de Representante do Ministério da Saúde - Itaguairã. Doutor Luís Eduardo Rodrigues dá início a reunião com a leitura da ata do dia 25 (vinte e cinco) de Junho de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete). Doutor Eduardo Novaes Medrado explana a proposta do Instituto do Câncer de Goiânia de montar, em parceria com a Secretaria Estadual

051-A de Saúde do Estado do Tocantins, um serviço de radio-
quimioterapia no estado. Doutor Eduardo Novaes
Medrado propõe discutir a questão do gestor munici-
pal Ter que assumir e assinar os Boletins de
Produção Ambulatorial de todos os prestadores de
serviço do município. Doutor Luís Eduardo Rodrigues
alê a Ata da reunião do dia 25 de Junho de 1997
realizar um agenda sobre o desmembramento sobre
os Jetos físico orçamentários de municípios que
não tem condições para atender a própria popu-
lação, sobrecarregando os municípios de referên-
cia. Doutor Luís Eduardo Rodrigues explica que
os municípios com o SIA desmembrado recebem
somente 80% do Jeto, ficando 20% (vinte por cento) co-
mo referência para os municípios próximos com
maior nível de resolutividade. Doutor Eduardo Novaes
Medrado explica que existe a priorização do
Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS
nos municípios que não tem condições de manter
serviços médicos-hospitalares. Doutor Neilton
Mauro de Oliveira lembra que já foi aprovado
como critério o estudo, pelos técnicos da Secre-
taria Estadual de Saúde, do quantitativo do
SIA/SIH/SUS (Sistema de Informação Ambulatorial/
Sistema de Internação Hospitalar/Sistema Único
de Saúde) dos municípios que solicitam desmem-
bramento. Doutor Eduardo Novaes Medrado relata
o projeto de aquisição de veículos para os muni-
cípios do Estado, para o qual sendo feito plano de
trabalho. Doutor Luís Eduardo Rodrigues dá conti-
nuidade a leitura da pauta, colocando, em assuntos
gerais, o pleito do município de São Miguel e o proje-
to SUS-SUS. Em seguida Doutor Luís Eduardo

Rodrigues faz alguns esclarecimentos sobre a cobrança no SIA de atendimento em creches e escolas, havendo consenso que o serviço de saúde não podendo, portanto, esse serviço ser cobrado no SIA/SUS. Em seguida, doutor Luís Eduardo Rodrigues lembra que a assinatura dos gestores nos BPA (Boletim de Produção Ambulatorial) deverá incentivar a estruturação dos sistemas municipais de controle e avaliação, para o qual, inclusive, haverá treinamento específico a ser definido entre a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e o COSEMS. Dando-se prosseguimento, faz-se a proposta do Regimento Interno da CIB-Tocantins, onde são sugeridas várias modificações da proposta original, sendo acordado que o documento final será apresentado na próxima reunião do mês de agosto. É votado e aprovado por unanimidade que a partir da próxima reunião o horário será integral, com pausa para almoço. O COSEMS assume a responsabilidade de reconvocar os seus membros. Em seguida, segue-se a leitura da Moção em Defesa do SUS, sendo proposto modificações no texto, em seguida aprovado pelos presentes. Em seguida é apresentado o pleito de São Miguel do Araguaia, solicitando inclusão de orçamento para procedimento odontológico em sua FPO (Ficha de Postura Orçamentária). O pleito não foi votado devido a ausência do representante do município, porém o mérito da questão foi debatido, havendo consenso de que o grupo procedimento odontológico do SIA-SUS somente será incluído em municípios menores de 5.000 (cinco mil) habitantes quando da aprova

052-7 ação pela CIB (Comissão Intergestores Bipartite). Dan-
do prosseguimento, doutor Louis Oduardo Rodrigues
apresenta proposta de normas de apresentação
de pleitos à CIB, analisada, modificada e apro-
vada por unanimidade. Em seguida, doutor Neil-
ton Araújo de Oliveira apresenta alguns informes
sobre as contradições existentes na forma de par-
ceria entre os três níveis de governo, colocando que
os mesmos devem ser parecidos nos objetivos e
estratégias. Apresenta, ainda, informações na
Tabela SIA-SUS e sobre o artigo 37 (trinta e
sete) da Lei de Diretrizes Orçamentária do ano
de 1998 (hum mil novecentos e noventa e oito), o qual
se vetado pelo Presidente da República, poderá oca-
sionar que o orçamento de 1998 (hum mil novecen-
tos e noventa e oito) seja menor que o de 1997 (hum
mil novecentos e noventa e sete). Avisa, por fim,
que o 2º Encontro do COSEMS-Tocantins será rea-
lizado em agosto. Doutor Louis Oduardo Rodrigues
dá continuidade à pauta, colocando os projetos que
foram apresentados na última reunião e enca-
minha-los à análise Técnica. Seis projetos são
apresentados (Aliança; Ponte Alta; Caiçu; Quagua-
cema; São Salvador do Tocantins; Miranorte), sen-
do proposto que sejam aprovados os méritos dos
pleitos, ficando condicionados à complementação
exigida, sendo votada e aprovada por unanimi-
dade pelos presentes. Doutor Neilton Araújo de Oli-
veira informa que no Ministério da Saúde exis-
tem 1700 (hum mil e setecentos) pleitos de ambulâncias,
sendo colocado pelo senhor Moisés Costa Lima que
haja um reforço da atuação dos Conselhos Municipais de Saúde através da priorização da

aprovação dos pleitos pelos conselhos municipais o que é votado e aprovado por unanimidade. É apresentado, pela senhora Cleia Moraes Oliveira Damaceno da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins o projeto de criação do Instituto de Pesquisa em Doenças Tropicais e Zoonoses do Estado do Tocantins. O Instituto a ser criado funcionará no atual Hospital Estadual de Doenças Tropicais situado na cidade de Araguaína, e será gerenciado pela Unittins, tendo como objetivo a produção científica, sendo aprovado por unanimidade pela Comissão Intergestores Bipartite-Tocantins. Doutor Oduardo Novaes Medrado expõe que a finalidade é assegurar a não transformação futura dessa unidade hospitalar em um simples hospital geral, fato que já se deu em outra ocasião. Informa ainda que o convênio da Secretaria Estadual de Saúde - Tocantins com a Unittins prevê a continuidade da vinculação dos serviços do Hospital Estadual de Doenças Tropicais ao SHS. Em seguida é lido um manifesto produzido por funcionários da Fundação Nacional de Saúde - Tocantins, sendo proposto uma moção de reafirmação da necessidade de descentralização da Fundação Nacional de Saúde - Tocantins, o qual é votado e aprovado por unanimidade. Sobre a assinatura nos Boletins de Produção Ambulatorial pelos gestores municipais, doutora Maria Lucineide Ribeiro Alvino argumenta a necessidade de se precaver contra problemas futuros, ao qual doutor Neilton Araújo de Oliveira expõe que a criação dos serviços municipais de controle e

avaliação oferece ao gestor municipal o conhecimento sobre os serviços realizados nos municípios. Doutor Valter Ovaristo Amorim relata que foi criada uma central para autorização de serviços em Porto Nacional. Doutor Eduardo Novaes Medrado lembra que, quem administra o FMS (Fundo Municipal de Saúde) é o CMS (Conselho Municipal de Saúde), podendo este fazer o remanejamento da FPO (Ficha de Proposta Orçamentária) obedecendo as prioridades locais. Doutor Luis Eduardo Rodrigues propõe a manutenção do sistema em que as proposições aprovadas pelo plenário sejam assinadas apenas pelo Presidente da CIB, já que as propostas sempre deverão estar contidas nas atas. Essa proposta é discutida, votada e aprovada por unanimidade. Sendo o que havia a deliberar. Dá por encerrar essa reunião às 14:25 (quatorze horas e vinte e cinco minutos), assim sendo encerrado a presente ata que foi lida e após ser assinada por todos os membros que participaram dessa reunião. — x x x —

1) Nome Ovinde 1 de Junho

2) José Abílio Silva Filho ARAQUAÍMA -

José de F. Augustinópolis

João de F. Augusto

Atanaguan

Elvira Rodrigues dos Santos

Alcides

Valter Ovaristo Amorim

Ata nº 006/97. Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 07 (sete) dias do mês de agosto de 1997 (um mil novecentos e noventa e sete) às 09:20 (nove horas e vinte minutos) realiza-se na sala de reunião da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins com a presença dos representantes da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. COSEMS: Doutor Neilton Araújo de Oliveira /membro efetivo; Doutor José Abílio Seara Filho /membro efetivo; Doutor Francisco Carlos Almeida Leme /membro efetivo; Doutora Maria Lucineide Ribeiro Alvino /membro efetivo; Doutor José Wolney Valente /suplente. Senhor José da Silva /suplente; Senhor Gilson Pereira da Costa /suplente. SESAU: Doutor Luís Eduardo Rodrigues - diretor do departamento de desenvolvimento das ações de Saúde; Senhora Ruth Mercês L. N. Paranaaguá; Senhora Nilza Oedescó Reis; Senhor Carlos Alberto Zandoná; Senhorita Valéria S. Paranaaguá; Senhora Olívia Rodrigues dos Santos - Escritório de Representação do Ministério da Saúde /Mauaqui na Tocantins. A abertura da reunião foi realizada pelo presidente em substituição, Doutor Luís Eduardo Rodrigues, realizando a confirmação do quorum e leitura da ata da reunião anterior para apreciação e votação dos presentes, sendo a mesma aprovada. Em seguida foi feita a leitura da pauta, com a seguinte ordem do dia: 1- Discussão de pleitos relativos ao Orçamento da União; 2- Adequação dos critérios para habilitação da NOB/SUS

054-A 01/96; 3- Pleito de habilitação do Município de Palmas; 4- Pleito de habilitação do Município de Formoso do Araguaia; 5- Discussão e votação do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins; 6- Assuntos Gerais (a- inclusão do leite in natura no programa de recuperação nutricional; b- convênio do projeto de controle da tuberculose; c- Pleito da Associação Estadual dos Deficientes Físicos sobre cadeiras de rodas); 7- Impres. Dando sequência, após solicitação de inversão de pauta com priorização dos pleitos, Doutor Luis Eduardo Rodrigues iniciou a leitura dos pareceres Técnicos sobre os pleitos relativos a Emenda do Orçamento Geral da União: a) Orogada do Tocantins sobre ambulância, aprovado - equipamentos, aprovado - Programa do leite, aprovado - módulos sanitários, aprovado com restrição: inclusão da folha 2/3 Plano de Trabalho; b) Aliança do Tocantins sobre ambulância UTI: não foi acompanhado da ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde que solicitou o pleito. Doutor Neilton Araújo de Oliveira argumenta que sejam discutidos critérios de solicitação de ambulâncias UTI, a que o Doutor Luis Eduardo Rodrigues complementa, dizendo que a exposição de motivos para a solicitação de ambulâncias - UTI deverão estar incorporados em um projeto para ação desses veículos. Doutor Luis Eduardo Rodrigues coloca que a Comissão Intergestores Bipartite deve produzir um documento ao Ministério da Saúde solicitando quais são os critérios para

atendimento dos pleitos de ambulâncias-UTI e quais são os municípios já contemplados com esses automóveis, indicando, ainda, que a Comissão Intergestores Bipartite oficie os prefeitos municipais do Estado do Tocantins a necessidade de discriminação de quais foram os critérios utilizados para o pleito de ambulâncias-UTI. Doutor Neilton Araújo de Oliveira propõe que um documento também seja direcionado a Tripartite, Conselho Nacional de Saúde e o CONASS (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde) informando os critérios utilizados pela Comissão Intergestores Bipartite para esses casos. O projeto é indefinido por unanimidade e o Doutor Neilton Araújo de Oliveira, encaminha proposição de que seja proposto mudança no projeto, com sugestão de que a ambulância seja para a Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins e logo cedida a serviço/projeto que dela necessite; c) Cariri sobre equipamentos - aprovado com ressalvas: anexar cópia da reunião do Conselho Municipal de Saúde que aprovou o pleito; d) Goiatins sobre ambulância aprovado - ônibus para atendimento médico-odontológico, aprovado - Equipamentos médicos-hospitalares, aprovado - equipamentos para laboratório de análises clínicas, aprovado; e) Itapiratins sobre equipamentos médicos-hospitalares, aprovado com ressalvas: complementação de documentação com apoio da assessoria técnica da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins; f) Mateiros sobre ambulância

aprovado - Equipamentos e material de consumo, aprovado; g) Ponte Alta do Tocantins sobre equipamentos médicos - hospitalares, aprovado - módulos sanitários, aprovado; h) São Salvador do Tocantins sobre reforma e ampliação de unidade de saúde, aprovado; i) Talismã - reforma e construção de unidade mista, aprovado com restrições: adequação do projeto de engenharia às portarias 2531 e 25 do Ministério da Saúde; j) Natividade - construção e equipamento do Hospital de Natividade, aprovado com restrições: complementação de documentação - ambulância - UTI, indeferido por unanimidade. Em seguida Doutor Luis Eduardo Rodrigues fez a explanação sobre a necessidade de adequação dos critérios para habilitação da NOR/SUS 01/96, lembrando que esses critérios muitas vezes ultrapassam a capacidade dos municípios Tocantinenses, sendo proposta modificação desses critérios baseado, no caso da Gestão Plena da Atenção Básica, a população residente no município, tendo sido escolhido o quantitativo de 19.999 (dezenove mil novecentos e noventa e nove) habitantes como base de cálculos. Acima desse número, os requisitos para habilitação na Plena da Atenção Básica ficam mantidos como na NOR. Os municípios com número de população inferior, ficam com os critérios adequados, conforme exposto em documento distribuídos a todos presentes. Os critérios para habilitação na gestão plena do Sistema Municipal con-

tinuam como na NDB. Essa proposta é aprovada por unanimidade, sendo proposto que essa adequação seja comunicada ao Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Tripartite e CONASS. Dando continuidade aos trabalhos, Doutor Luís Eduardo Rodrigues passa para o item seguinte, pleito de habilitação em Gestão Plena da Atenção Básica pelo Município de Palmas. Doutor Neilton Araújo de Oliveira faz uma breve colocação sobre a gestão e solicita aos Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde - Palmas que defendam o pleito. Doutor Luís Eduardo Rodrigues faz uma questão de encaminhamento e solicita que, antes da defesa do pleito, sejam definidos os critérios para apresentação de pleitos de habilitação, argumentando que não há equipe montada para a avaliação dos pleitos, fato que será possível com a aprovação do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins que será apresentado hoje. Há uma discussão sobre o assunto, ficando votada e aprovada por oito votos a favor e dois votos contra, a proposta do Doutor Luís Eduardo Rodrigues que decide pela criação de câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins para análise e parecer de todos os pleitos de habilitação e que os pleitos já deverão ser encaminhados desse parecer técnico. Fica aprovado, ainda, que os pleitos de habilitação do Município de Palmas de Fortaleza do Cabocão deverão ser analisados por essa câmara Técnica e votados na próxima reunião da

056A Comissão Intergestores Bipartite. Após pausa para almoço, é iniciado a discussão e votação do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. A proposta de Regimento é lida pelo Doutor Luis Oduardo Rodrigues e feito os destaques e aprovação pelos membros da Comissão Intergestores Bipartite. Doutor Neilton Araújo de Oliveira solicita que seja transcrito seu voto em relação a destaque apresentado pelo Doutor Luis Oduardo Rodrigues e já votado e aprovado por nove votos a um. Em seu voto, sobre a Seção II, Artigo 7º, item III - "Analisar e aprovar a Programação Pactuada Integrada-PPI, observando as normas, critérios e parâmetros definidos pela Comissão Intergestores Tripartite, Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, baseada em proposta encaminhada pelo nível Federal e Estadual", o representante de Palmas defende que o nível municipal poderá e deverá também encaminhar proposta a respeito da questão. Doutor Luis Oduardo Rodrigues pede que seja feita a transcrição e observa que, em nenhum momento o texto diz que os municípios não poderão fazer propostas sobre a Programação Pactuada Integrada-PPI, mas sim que a proposta a nível Estadual deve ser feita pelo Estado em conjunto com a União e então, os municípios devem adequá-la à realidade regional. Sendo analisado e discutido o Regimento Interno e feitas as modificações propostas, o mesmo é aprovado por unanimidade. Dando continuidade à pauta,

passa-se para, Assuntos Gerais: O seu primeiro item é a solicitação de Beto Alegre sobre as AIH's do município de Dianópolis. O representante de Beto Alegre está ausente, porém o secretário de Saúde de Dianópolis pede a palavra e faz varias denúncias verbais sobre o relacionamento com a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e sobre o atendimento em Beto Alegre, alegando que, nesse município somente existe um médico que não reside no local. Após a intervenção o Doutor Luis Eduardo Rodrigues rebate as denúncias sobre a Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins e pede que as mesmas sejam feitas por escrito. Doutor Neilton Araújo de Oliveira busca encaminhamento, propondo a formação de uma comissão para analisar o relacionamento entre Dianópolis, Beto Alegre e Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins, o que é aprovado. Doutor Luis Eduardo Rodrigues pede que seja registrado em ata que o representante de Dianópolis se nega a entregar a denúncia por escrito. Doutor José Wolney Valente se compromete a fazê-lo, no máximo, uma semana. Dando prosseguimento, Doutor Luis Eduardo Rodrigues passa ao próximo item, inclusão do leite in natura no programa de recuperação nutricional. A proposta é apresentada pela enfermeira Osmilde de Sousa Lacerda Pedreira, Técnica responsável pelo SISVAN na Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins e Doutor Roberto

057-A Luís Castelo Branco Coelho, coordenador da VISA estadual. Senhor Gilson Pereira da Costa, secretário municipal de saúde de Colinas, refere que a proposta é interessante, pela dificuldade de aquisição de leite em pó, prestigiando o comércio do município pelas cooperativas de produtores. Doutora Maria Lucineide Ribeiro Alvino, sugere que a Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins normatize os trabalhos com a VISA estadual e posteriormente discuta a proposta. Doutor Luís Eduardo Rodrigues expõe que seja votado o condicionamento da normatização de controle de qualidade do leite. Senhor José da Silva pede esclarecimento sobre a responsabilidade da VISA estadual, sendo atendido pelo Doutor Roberto Luís C. B. Coelho. Doutor Francisco Carlos Almeida Leme expõe que, em sua experiência na Secretaria Municipal de Saúde em Formoso do Araguaia, ele contra indica o leite in natura aos pacientes em tratamento, e propõe estimular parcerias entre as Secretarias Municipais de Saúde para a implantação de mini-usinas de pasteurização. Doutor Luís Eduardo Rodrigues retira sua proposta anterior, sendo a proposta do Doutor Neilton Araújo de Oliveira aprovada por unanimidade. Por fim, em Assuntos Gerais, Doutor Luís Eduardo Rodrigues entrega o relatório de auditoria Conjunta de Gestão em Formoso do Araguaia ao Doutor Francisco Carlos Almeida Leme, esclarecendo aos pre

rentes que essa auditoria tem caráter automático em todos os municípios habilitados em gestão semi-plena, após um período de um ano. Informa ainda, que o mesmo não poderá ser distribuído, dando que o município auditado possui um prazo de 20 (vinte) dias para fazer a sua defesa, ficando acordado com o Doutor Francisco Carlos Almeida Leme entregará a defesa por escrito até 07 (sete) dias antes da próxima reunião da Comissão Intergestores Bipartite - Ocantins, na primeira quinta-feira, próximo, digo, setembro próximo. Em seguida, passa-se a proposta apresentada pelo Doutor Neilton Araújo de Oliveira, relativo a Associação Estadual de Deficientes Físicos, pleiteando para a Outse Protese Materiais - OPM, para serem dirigidos a compra de cadeiras de rodas. Doutor Louis Oduardo Rodrigues indica que uma equipe Técnica da Secretaria de Estado da Saúde do Estado Ocantins deverá analisar o processo, trazendo relatório na próxima reunião para deliberação da Comissão Intergestores Bipartite. Doutor Neilton Araújo de Oliveira propõe que seja votado o pleito condicionado a proposta de operacionalização pela equipe Técnica da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Ocantins, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, o Convênio do Projeto de Controle da Tuberculose é aprovado, digo, apresentado pelo senhor Carlos Alberto Zandoná, sendo votado e aprovado por unanimidade. Em seguida, em informes,

058-A O Doutor Luis Eduardo Rodrigues refere a importância do I Curso de Capacitação em Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria Ocantins, enfatizando a necessidade da presença de todos os membros da Comissão Intergestores Bipartite e a montagem o mais breve possível do conteúdo e avaliação nos dez municípios da Comissão Intergestores Bipartite - Ocantins. Doutor Neilton Araújo de Oliveira informa sobre reunião nacional dos Conselhos de Saúde, a se realizar em Brasília, dia 19 (dezenove) de agosto, ato público dia 20 (vinte) de agosto, em Brasília com a OAB e outras Instituições, em defesa do SUS; sobre a proposta de tabela SIA que ainda não foi aprovada; sobre a II Oficina de Gestores, evento paralelo ao Encontro do PAC's e FAV's. Senhor Gilson Pereira da Costa deixa cópia do projeto de lei autorizando a laqueadura Tubária em Colinas. Doutor Neilton Araújo de Oliveira faz um apelo para que as prestações de contas das Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde sejam feitas trimestralmente a Câmara Municipal e Assembleia. Nada mais havendo a deliberar, Doutor Luis Eduardo Rodrigues dá por encerrada a reunião às 17:35 (dezenove horas e trinta e cinco minutos), essa ata será assinada por todos os membros que participaram dessa reunião.

* *Minim*, Elizabeth de S. Reis

Carandua - Colinas TO. *Primo fls*
Sessao 20 *Marquinho Sessao 20*

Nome: Valdeir N. N. N.

Assinatura: Carlos Alberto de S. S.

Assinatura: SESA 01/90

Em tempo: Doutor Neilton Araújo de Oliveira lembra que foi distribuído cópia da Lei 8689-artigo 12 (doze) a Comissão Intergestores Bipartite onde trata da obrigatoriedade de prestação de contas, além do Tribunal de Contas do Estado as câmaras municipais no caso dos municípios e Assembleia Legislativa no caso de Estado. João Marcos Amorim.

Ata

Ata nº 007/97. Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 04 (quatro) dias do mês de Setembro de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete) às 09:30 (nove horas e trinta minutos) na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Saúde em Palmas, foi aberta a Reunião com a presença dos representantes da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. COSEMS. Neilton Araújo de Oliveira - secretário municipal de Saúde de Palmas / membro efetivo; José Abílio Seara Filho - secretário municipal de Saúde de Araguaína / membro efetivo; Maria Lucineide Ribeiro Alvino - secretária municipal de Saúde de Guapir / membro efetivo; Francisco Carlos Almeida Leme - secretário municipal de Formoso do Araguaia / membro efetivo; João Antunes Teixeira - secretário municipal de Saúde de Aruanã / membro

059-A suplente: Pedro Ricardo Guedes Inchausti - secretário municipal de Saúde de Paraíso/membro suplente; José Wolney Valente - secretário municipal de Saúde de Dianópolis/membro suplente; representantes da Secretaria Estadual de Saúde: Eduardo Novaes Medrado - Presidente da Comissão Intergestores Bipartite; Luís Eduardo Rodrigues - Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Ações de Saúde/Secretário Executivo da Comissão Intergestores Bipartite; Nilza Cederco Reis; Cleia Moraes Oliveira Damascena; Valéria Silva Paranaquá. Como convidada Senhora Olívia Rodrigues dos Santos - representante do Escritório de Representação do Estado do Tocantins do Ministério da Saúde. A reunião é aberta pelo Presidente Doutor Eduardo Novaes Medrado agradecendo a presença de todos, dando os informes sobre a última reunião da Bipartite. Luís Eduardo Rodrigues - secretário executivo, dá continuidade à reunião fazendo a leitura da ata da reunião anterior, colocando a apreciação dos presentes. Neilton Araújo de Oliveira, solicita que seja registrado em ata, a informação que as prestações de contas deverão ser apresentadas às Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa e não somente ao Tribunal de Contas do Estado, sendo aprovada por unanimidade. A ata da reunião anterior é colocada em votação e, aprovada. Luís Eduardo Rodrigues, faz leitura da pauta. 1 - Apresentação dos Componentes da Comissão de Análise de Habilitação e Gerência

Técnico - Operacional da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins; 2 - Apresentação, análise e votação de proposta de classificação de ações de vigilância epidemiológica; 3 - Leitura, despacho e votação dos relatórios sobre pleitos e habilitação; 4 - Apresentação de relatórios e votação de pleitos municipais sobre os recursos do Orçamento da União - Ministério da Saúde; 5 - Apresentação de relatório e votação de pleitos municipais sobre Sistema de Informação Ambulatorial - Sistema de Internação Hospitalar do Sistema Único de Saúde; 6 - Apresentação de informações sobre o REFORSLUS; 7 - Apresentação do relatório de auditoria de Gestão sobre o município de Formoso do Araguaia; 8 - Apresentação da programação pactuada e integrada do Tocantins; 9 - Assuntos gerais (solicitação de mudanças no regimento - Neilton Araújo de Oliveira); 10 - Organização da pauta da próxima reunião. Neilton Araújo de Oliveira, propõe inversão da pauta, iniciando pela solicitação de mudança no regimento. Luis Eduardo Rodrigues, propõe inclusão na pauta do item, "O Projeto de assistência à Saúde do Escolar", da Secretaria de Ação Social. Neilton Araújo de Oliveira, lê o capítulo II art II item III do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, com a relação entre município, Estado e Federal. Colocada em votação, aprovada; no artigo III item VI, colocada em votação, aprovada; Artigo VII item III, colocada em votação, aprovado. Propõe mo.

definição do item I.D, da Instrução Normativa da Norma Operacional Básica - Sistema Único de Saúde - 01/96 (noventa e seis), a qual incentiva criação de Consórcios Intermunicipais para estruturação do Controle e Avaliação. Colocando-se à disposição para fazer redação. Sendo proposto a votação do mérito em questão, o mesmo é aprovado por nove votos a favor e uma abstenção. Seguindo a pauta, Luis Eduardo Rodrigues, apresenta aos presentes a Portaria número 1312/97 de 13 (treze) dias do mês de agosto de 1997 (um mil novecentos e noventa e sete), da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins, que Institui Câmara Técnica de Habilitação da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins, sendo composto pelos Técnicos: Luis Oduardo Rodrigues, Valéria Silva Paranaaguá, Lúgia Cássia Rocha Braga, Carlos Alberto Landoná e Nilza Oedescos Reis. Continuando, é apresentado a proposta sobre as ações de Vigilância Epidemiológica, pela Técnica Ruth das Mercês L.N. Paranaaguá da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins. Luis Oduardo Rodrigues, propõe que haja uma adequação dos parâmetros dessas ações pelo critério populacional. Neilton Araújo de Oliveira, propõe que o chamado "Termo de Compromisso" (normatização das responsabilidades das ações de Vigilância Epidemiológica) contemple todas as ações de Epidemiologia, sendo levado para votação e aprovação por unanimidade. Dando continuidade a pauta, é apresentado aos presentes, os pareceres da Câmara Técnica de Habilitação pela Norma

Operacional Básica do Sistema Único de Saúde
01/96 sobre os pleitos de habilitação em Gestão da
Atenção Básica, por ordem de protocolo, sendo os
municípios: Fortaleza do Cabocão-Tocantins; Palmas-
Tocantins; Dianópolis-Tocantins; Brasilândia-To-
cantins. Logo depois da apresentação, é colocado
para votação o parecer sobre o pleito do munici-
pío de Fortaleza do Cabocão, aprovado por
unanimidade. Dando continuidade, Louis Eduardo
Rodrigues, lê o parecer do pleito do município de
Palmas-Tocantins; Neilton Araújo de Oliveira,
faz os devidos esclarecimentos de todos os itens
do parecer da Câmara Técnica. É levantada
discussão sobre a assinatura apenas dos Secu-
tários Municipais de Saúde na ata do Con-
selho Municipal de Saúde, com a participação
dos membros registrada na folha de frequência.
Sendo proposto pela Câmara Técnica, que a
ata deva estar assinada por todos os presentes,
quando for apresentada para a Comissão Inter-
gestores Bipartite-Tocantins, o que é votado e
aprovado. Neilton Araújo de Oliveira, propõe
que seja votados todos os pareceres programa-
dos e, logo, discutir novamente os critérios de
avaliação dos pleitos, sendo aprovado esta
proposta. É colocado em votação o parecer
do pleito de habilitação de Gestão do municí-
pio de Palmas-Tocantins, aprovado por unani-
midade. É apresentado o parecer do pleito de
habilitação de Gestão do município de Dianópolis
Tocantins, aprovado por unanimidade. Em seguida
é colocado para apreciação dos presentes o pleito
de habilitação de Gestão do Município de Bra-

061-A Pilândia - Ocantins, aprovado por unanimidade. Neilton Araújo de Oliveira, propõe agilidade e, que os itens dos pareceres, não seja ato impeditivo para encaminhamento do pleito de habilitação. Feito um intervalo para almoço e sendo retornando os trabalhos às 14:20 (quatorze horas e vinte minutos) Louis Eduardo Rodrigues, passando a presidência da mesa para Cléia Moraes Oliveira Damas-cena, a qual, coloca para apreciação dos presentes, os pleitos sobre o Orçamento da União, dos seguintes municípios: Pleito do Município de Rugmil - Ocantins, construção e aquisição de equipamentos para Posto de Saúde, aprovado; Pleito da Polícia Militar do Estado do Ocantins, duas ambulâncias / UTI; Maria Lucineide Ribeiro Alvino, questiona o destino desses veículos. Neilton Araújo de Oliveira, propõe que seja aprovado, condicionado a manter estes veículos, vinculados a uma programação integrada com o Gestor Municipal ou Estadual, aprovado o pleito condicionado; Pleito do Município de Rugmil - Ocantins aquisição do veículo ambulância, aprovado. Pleito do Município de Aliança - Ocantins, aquisição de ônibus equipado com consultórios médico-odontológico, aprovado. Pleito do Município de Aliança - Ocantins construção de um centro de saúde, aprovado; Pleito do município de Alvorada - Ocantins, construção e aquisição de equipamentos para um Posto Atendimento, aprovado; Pleito do Município de Piauí Norte - Ocantins aquisição de um veículo ambulância, aprovado; Pleito do

Bucal e aquisição de equipamentos médico-hospitalar, aprovado. Pleito do Município de Jaci do Ocarantins, aquisição de equipamentos médico-hospitalar e veículo ambulância, aprovado condicionando apresentação discriminada dos equipamentos a serem adquiridos; Pleito do Município de Crixás-Ocarantins construção de um centro de saúde; Arnaldo Alves Nunes questiona sobre os custos do projeto. Neilten Araújo de Oliveira, concorda e propõe redimensionamento sobre os critérios de análise da Comissão. Arnaldo Alves Nunes e Gilson Pereira da Costa - Secretário Municipal de Saúde de Cotinas do Ocarantins, propõe que a Comissão seja complementada por técnicos de outras áreas para que tenham condições de analisar os pleitos na íntegra e, neste intuito, é proposto uma convocação para uma Reunião Extraordinária para o dia 24 (vinte e quatro) do corrente mês às 09:00 (nove horas), para a apresentação dos pleitos sobre o Orçamento da União pendentes, para análise da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Ocarantins, antes do prazo limite do Ministério da Saúde que é o dia 15 (quinze) do mês de outubro de 1997 (um mil novecentos e noventa e sete), aprovado. Logo, sendo marcada para o dia 08 (oito) de outubro a Reunião Ordinária do mês de outubro, às 14:00 (quatorze horas). Luis Eduardo Rodrigues lembra que a Câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite orienta quanto a necessidade das assinaturas nas atas dos Conselhos Municipais de Saúde. Francisco

262-A Paulo Almeida Leme propõe que a Comissão Intergestores Bipartite faça uma avaliação generalizada dos Conselhos Municipais de Saúde. Arnaldo Alves Nunes, repõe quanto as competências da Comissão Intergestores Bipartite e do Conselho Estadual de Saúde, são bem diferenciadas. Os pleitos sobre o Documento da União dos Municípios de Arapoema, Figueirópolis, Angico, Colméia, Centenário, Ananás e Recursolândia não foram levados para apreciação dos presentes, devido ausência dos Gestores e/ou representantes. O pleito do Município de Juupi, aquisição do equipamento de ultra-som, é analisado e aprovado condicionado com apresentação das especificações do equipamento e valores; Ambulância (modelo furgão) para atendimento na área rural, após análise é aprovado condicionado com apresentação da especificação do produto e valores. O pleito do Município de Duere - Cocantins, aquisição de equipamento médico-hospitalar, aprovado. O Técnico Daniel José Bernardes, engenheiro, gerente REFORSUS - Cocantins, dá alguns informes qual o andamento dos pleitos do Estado. Nilza Oedesco Reis, apresenta Relatório de Auditoria de Gestão sobre o Município de Formoso do Araguaia - Cocantins, o qual não apresentou em tempo hábil a defesa do Município. Sendo lido o relatório. Francisco Carlos Almeida Leme - Secretário Municipal de Saúde de Formoso do Araguaia solicita que apresente a defesa do Município nesta oportunidade da leitura do Relatório de Auditoria de Gestão Informa ainda que não

cabe a Comissão Intergestores Bipartite avaliar um relatório Auditoria de Gestão. Considera o presente relatório de auditoria uma afronta, Neilton Araújo de Oliveira, informa que na NOB n° 01/93 consta em ata, já aprovada na reunião anterior, o prazo para a entrega da defesa do município, o qual deveria ter sido respeitado. Solicita que o Gestor Municipal de Formoso do Araguaia - Tocantins reconsidere sua posição quanto a validade deste fórum para análise do Relatório. Luis Eduardo Rodrigues, lembra que esta é uma outra discussão, pois o acordo seria apresentação dentro do prazo definido pela Comissão Intergestores Bipartite em plenária. Francisco Carlos Almeida Leme, informa que o pacto foi feito antes de ler o relatório, não conhecia o conteúdo do mesmo. Pede desculpas, reconsiderando sua posição. Neilton Araújo de Oliveira, informa que é competência da Comissão Intergestores Bipartite fim, a análise do relatório, devendo o Gestor Municipal cumprir o pacto firmado. Como encaminhamento, propõe que o município entregue a defesa e na próxima reunião a equipe faça apresentação, assegurando o direito de defesa do município de Formoso do Araguaia, objetivando o esclarecimento dos pontos conflitantes. Luis Eduardo Rodrigues, pergunta ao Secretário Municipal de Saúde de Formoso do Araguaia Francisco Carlos Almeida Leme, se este mantém sua proposta de apresentação de defesa nesta oportunidade. Francisco

063-A Carlos Almeida Leme, complementa, que gostaria de ter o direito de também, apresentar nesta oportunidade sua defesa. Sendo colocado em votação as duas propostas, totalizando 07 (sete) votos contra 02 (dois), sendo aprovado a proposta do Neilton Araújo de Oliveira - Secretário Municipal de Saúde de Palmas. Francisco Carlos Almeida Leme, cede a palavra ao seu Assessor Técnico de Municipalização de Saúde Louis Joseph Mathieu Simmetink, relembra que, quando fala-se em auditoria há um reboliço por outros tempos, que a documentação de defesa encontra-se em suas mãos, lembrando que este é um exercício novo para as partes. Luis Eduardo Rodrigues, é de acordo com todos quanto ao recebimento do Relatório de Defesa. Logo, junto com a Senhora Olívia Rodrigues dos Santos, nesta, representando o Escritório de representação do Ministério da Saúde no Tocantins, será marcado a data da reunião para análise deste. Lembrando que também será marcada a data da equipe, composta pelo os 03 (três) níveis de governo para elaborar uma proposta da Programação Pactuada Integrada - PPI. Estado do Tocantins com representantes do Conselho dos Secretários Municipais, Secretaria de Estado da Saúde e Escritório de representação do Ministério da Saúde do Tocantins. Dando continuidade a pauta, a Técnica da Secretaria de Trabalho e Ação Social, faz uma breve exposição sobre

o "Projeto de Assistência a Saúde do Escolar".
Para finalizar, Luís Eduardo Rodrigues, propõe os
assuntos da pauta para próxima reunião, de
caráter extraordinária, a realizar-se-a no dia
24 (vinte e quatro) de Setembro próximo: 1- Discus-
são e votação dos pleitos municipais acerca do
Orçamento da União relativos ao Ministério da
Saúde; 2- Apresentação do Relatório Gestão Con-
clusivo, de auditoria conjunta, sobre a Ges-
tão Semi-Plena do município de Formoso do
Araguaia Tocantins. A reunião acontecerá dia
24 (vinte e quatro) de Setembro próximo às 14:00
(quatorze horas). Sem mais a ser dito nesta
oportunidade e esgotado os assuntos propostos, Luís
Eduardo Rodrigues, Presidente da Comissão Interpes-
soais Bipartite do Tocantins em Substituição, dá
por encerrando a reunião às 18:25 (dezoito horas
e vinte e cinco minutos).

Ass: Pedro Renato MACHADO

Juan Carlos da Silva - Formoso do Araguaia

Jose Adílio Souza Filho - ARAGUAENA

José Eduardo da Silva, Carlos Rodrigues - SESAU

Araruaçu SES/TO

Até mais

064-A Ata nº 008/97. Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de hum mil novecentos e noventa e sete, dar-se início às nove horas e cinquenta e cinco minutos, a primeira reunião extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, na sala de reunião da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins contando com a presença dos representantes da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. COSEMS: Francisco Carlos Almeida Leme - Secretário municipal de Saúde de Formoso do Araguaia /membro efetivo; Neilton Araujo de Oliveira - Secretário municipal de Saúde de Palmas /membro efetivo; José Wolney Valente - Secretário municipal de Saúde de Dianópolis /membro suplente; Valtier Ovaristo de Amorim - Secretário municipal de Saúde de Porto Nacional /membro efetivo. SESAU: Dr. Oduardo Novaes Meduado - Secretário Estadual de Saúde do Estado do Tocantins; Nilza Oedescio Reis; Luis Eduardo Rodrigues - Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Ações de Saúde; Moisés Costa Lima - Diretor do Departamento de Administração e Finanças; Ruth Mercês L. N. Pauranguá - Técnica da Secretaria Estadual de Saúde. Como convidada a Senhora Olívia Rodrigues dos Santos - Representante do Escritório de Representação do Estado do Tocantins do Ministério da Saúde. É aberta pelo presidente da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins Dr. Oduardo Novaes

mediado, com a seguinte pauta: 1- Discussão e votação dos pleitos municipais relativos ao Orçamento da União - Ministério da Saúde; 2- Apresentação do Relatório Conclusivo de Auditoria Conjunta de Gestão de Formoso do Araguaia do Oocantins; 3- Projeto de Quadricação do Sarampo; 4- Oposição da Proposta de Incorporação das Atividades de Epidemiologia pela Secretaria Estadual de Saúde do Oocantins; 5- Assuntos Gerais.

Doutor Luiz Eduardo Rodrigues, informa que encontra-se ausente, Maria Lucineide Ribeiro Alvino - Secretária municipal de Saúde / Gurupi, pois a mesma encontra-se em viagem. Justificadas, também as ausências de José Abílio Seara Filho - Secretário municipal de Saúde / Araguaína e Gilson Pereira da Costa - Secretário municipal de Saúde de Colinas, digo, Saúde de Colinas, por motivos de saúde. Neilton Araújo de Oliveira - Secretário municipal de Saúde de Palmas, faz alguns encaminhamentos do Conselho Nacional dos Secretários Municipais - CONASEMS sobre as discussões da proposta para o financiamento do setor saúde, sugere que o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS encaminhe suas propostas. Doutor Eduardo Novaes mediado, informa os encaminhamentos da última reunião da Oipartite em que o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde optou em não votar as propostas e sim, aguardar a proposta de mudança do Orçamento para o setor saúde pela Câmara dos Deputados Federais. Doutor Eduardo Novaes mediado, solicita inversão de pauta, sendo aprovado. José Wolney Valente - Secretário muni-

D65-A cipal de Saúde de Dianópolis, relata sobre a proposta da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, no combate ao Tracoma; Neilton Araújo de Oliveira, depõe que aceita para o município todas as propostas de parcerias, definindo o papel do município de coordenador, para evitar o paralelismo de ações. Doutor Eduardo Novaes Medrado, concorda. Luis Eduardo Rodrigues - secretário executivo, dá continuidade a pauta, solicitando que os Técnicos da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, Moisés Costa Lima, Carlos Alberto Zandoná e Ruth Mercês L. N. Paranaquá, façam apresentação do Projeto de Erradicação do Sarampo. A Técnica Ruth Mercês L. N. Paranaquá, apresenta detalhadamente a parte Técnica do projeto. Moisés Costa Lima e Carlos Alberto Zandoná, expõem a parte orçamentária e ações. Neilton Araújo de Oliveira, informa que a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, possui em estoque um grande número de vacinas que deverão servir para a próxima campanha de multivacinação. Ruth Mercês L. N. Paranaquá, informa que a Técnica Ana Carneiro, responsável pelo serviço de Imunização da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, encontra-se no Ministério da Saúde/Brasília, para planejar ações da próxima campanha de multivacinação. Moisés Costa Lima, complementa sua participação detalhando a parte do projeto quanto aos equipamentos. Neilton Araújo de Oliveira - secretário Municipal de Saúde de Palmas, faz uma referência ao município de Araguaína, solicitando por parte da Secretaria

de Estado da Saúde do Tocantins, um maior suporte neste, devido o número de casos já notificados. Doutor Eduardo Novaes Medrado, coloca esta proposta em votação. Neilton Araújo de Oliveira - Secretário Municipal de Saúde de Palmas, pergunta quem são os representantes com direito de voto. Luís Eduardo Rodrigues - Secretário executivo da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins, solicita apresentação dos representantes, sendo três representantes do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins - COSEMS/TO, e cinco representantes da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins - SES/TO, totalizando em oito representantes da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins. Sendo colocado a proposta em votação é aprovado por unanimidade. Dando continuidade de a Técnica Ruth Nêices L.N. Paranaíba, faz apresentação do Projeto de Incorporação das atividades de Epidemiologia, que são atividades realizadas pela Secretaria de Estado da Saúde. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, informa que existe municípios que já tem condições de operacionalizar estas atividades, devendo estar previsto no projeto, propondo que a descentralização nos três níveis de governo estejam definidos os papéis de cada um dos gestores. Doutor Eduardo Novaes Medrado propõe que seja montado uma comissão dos três níveis, FUNASA - Fundação Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins - SES/TO; Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins - COSEMS-TO. Sendo proposto e aprovado a comissão formada por: da Secretaria de Estado da

066-A Saúde: Dr. Vinícius Alves Nunes, Ruth Mercês
L. N. Paranaquá, Rosângela Bezerra Brito Gui-
marães; e pelo COSEMS: Dr. Neilton Araújo de
Oliveira e Dr. Valtter Evaristo de Amgim; e
pela FUNASA: Dr. Múcio José Breckenfeld Lopes
Fernandes, Dr. Pedro Ricardo Quedes Inchausti.
Dr. Eduardo Novaes Medrado, coloca-se a dis-
posição pedindo desculpas por ausentar-se reti-
rando-se colocando a disposição para qualquer
momento, podendo ser solicitado sua presença.
Moisés Costa Lima / SES-TO, faz colocações so-
bre a documentação necessária para o pleito. Ainda
Doutor Eduardo Novaes Medrado - SES/TO, propõe que
além dos pleitos aprovados na Comissão Interge-
stres Bipartite do Tocantins, estende para formação
de uma Comissão para acompanhamento na reali-
zação do projeto aprovado. Todos os projetos já
devam ser encaminhados após a reunião da
Comissão Intergestres Bipartite - Tocantins para não
perder os recursos. Luis Eduardo Rodrigues - secre-
tário executivo, solicita que seja apresentados os
projetos não aprovados pela equipe técnica: Figuei-
rópolis, Aripoema, Angico, Colméia (reforma geral
do hospital), Pau D'Alho, Aragoimiras e Jmanais. Dr.
Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, solicita maio-
res esclarecimentos sobre o projeto de Colméia. O
engenheiro Daniel José Bernabes informa que a
pendência está na área de engenharia, sendo o
parecer conclusivo. Luis Eduardo Rodrigues - secre-
tário executivo, informa que, quanto a adequação
orçamentária por motivos internos, solicita
que seja votado o projeto. Aprovado o pleito por
unanimidade. Dando continuidade Luis Eduardo

Rodrigues, explica que faz necessário este esclarecimento, para que logo não seja indeferido em outras estâncias. Lê-se os pleitos dos Municípios presentes: Brasilândia, pleito: aquisição de um veículo tipo ambulância e construção de um posto de Saúde, aprovado por unanimidade; Recursolândia, pleito: Construção de um Posto de Saúde, aprovado por unanimidade; Aliança do Tocantins, pleito: implantação de 85 (oitenta e cinco) módulos sanitários domiciliares; Cuzás do Tocantins, pleito: aquisição de equipamentos para o Posto de Saúde municipal, um projeto para aquisição de um veículo tipo ambulância e um projeto para construção de um Centro de Saúde, todos aprovados por unanimidade. O pleito de Aliança do Tocantins, também aprovado por unanimidade. O pleito referente ao município de Gurupi, fica condicionado a cotação orçamentária do veículo tipo ambulância e equipamento médico hospitalar (H. Trasson) estando embutido o treinamento e manutenção, sendo exposto os detalhes técnicos do aparelho, aprovado por unanimidade. Aurora do Tocantins, pleito: ampliação e aquisição de equipamentos para o Posto de Saúde municipal, aprovado por unanimidade. Neilton Araújo de Oliveira-SMS/Palmas, é a favor da agilização, sendo reforçado que o parecer da engenharia é fundamental para a votação da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins, sendo esclarecidos detalhes pelo representante jurídico do Senhor José Cavares Filho. Aprovado, condicionado ao parecer da engenharia; Conceição do Tocantins, pleito: ampliação do Posto de Saúde municipal, aprovado por unanimidade.

0677 Almas do Ocantins, pleito: ampliação do Hospital Municipal sendo rejeitado apreciação, por falta de documentação necessária. Neilton Araújo de Oliveira - sms/Palmas, propõe que suas informações não deva ser apreciado por ausência, devendo ser informado ao município e, aguarda uma posição do município na próxima reunião. Quarta-feira, pleito: projeto de implantação do plano de saúde bucal preventivo e curativo do município aprovado por unanimidade. Dando continuidade a pauta, Luis Eduardo Rodrigues, faz apresentação do relatório conclusivo da Auditoria Conjunta de Formoso do Araguaia e sendo divididos em duas partes: 1- Avaliação dos Serviços; 2- Critérios da NOB nº 01/93, sendo lido o relatório conclusivo. Neilton Araújo de Oliveira - sms/Palmas, apresenta encaminhamento tendo o relatório anterior, sendo apresentado um relatório anterior, sendo apresentado um relatório de defesa, sendo reunido os três níveis de Governo. Neilton Araújo de Oliveira, faz perguntas ao Gestor Municipal de Formoso do Araguaia. Francisco Carlos Almeida Leme - sms de Formoso do Araguaia pergunta: Quais as pendências apresentadas na documentação para Comissão Intergestores Bipartite do Ocantins? Quais os itens a serem analisados aqui? Dr. Francisco Carlos Almeida Leme compromete-se a apresentar os cinco itens de sustentação sobre os recursos financeiros onde expõe que da parte da esfera estadual tem sido inface. Na área de saúde onde foram aplicados vinte e oito mil reais, restando sete mil reais dos vinte e oito mil reais citados. Sendo lido

os três itens sendo considerado um ano junho/96 (noventa e seis) a julho/97 (noventa e sete). Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, propõe que seja base o relatório anual em exercício; Plano de Saúde, são orientações básicas e práticas do que devem ser cobrados. NOB/93 existe contrapartida do Estado. Francisco Carlos Almeida Leme - SMS/Formoso do Araguaia, solicita a Comissão Intergestores Bipartite, digo, Comissão de Auditoria, que remeta um roteiro de um plano municipal de saúde. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, propõe que o plano municipal de Saúde deve ser apresentado no momento da habilitação do município. Francisco Carlos Almeida Leme - SMS/Formoso do Araguaia, fala sobre a contrapartida do Estado em manter os recursos humano a disposição do município, não foi mantido pela Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins. Moisés Costa Lima - Diretor do Departamento Administrativo e Finanças da Secretaria Estadual de Saúde, informa que em folha de pagamento de recursos humano a disposição do município de Formoso do Araguaia totaliza no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais). Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, propõe o encaminhamento, se a Secretaria de Estado de Saúde propõe e não cumpre, deve informar a Comissão Intergestores Bipartite para justificar-se. Francisco Carlos de Almeida Leme, se compromete apresentar: Plano de Saúde, relatório Técnico, NOB/93, onde secretaria municipal de saúde, se compromete em nos enviar, toda esta documentação e recursos humano. Francisco Carlos de Almeida Leme, propõe mais um ponto sobre Tratamento Fora

068-A do Domicílio (TFD), ficando para próxima reunião esta discussão. Neilton Araújo de Oliveira, informa que já fez ofício para este, propondo discussão mais ampla, a data prevista para apresentação do Relatório de Formoso do Araguaia, propõe sessenta dias, para operacionalização do sistema municipal. Durante esses 60 (sessenta) dias, será feita a justificativa, que terminará o prazo em novembro/97, cumprindo o prazo de protocolo para recebimento de documentação na Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aprovado por unanimidade. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, propõe que quanto a gestão de recursos humano faz-se necessário negociação entre as partes e, lembra que no momento da habilitação havia várias irregularidades na composição do Conselho Municipal de Saúde de Formoso do Araguaia. A Comissão Intergestores Bipartite precisa entender que esta é uma fase de "amadurecimento", o papel do Estado é de Gestor, fiscalizador quando necessário; sendo apenas discutido deste fórum pontos em divergências. Luis Eduardo Rodrigues - secretário executivo da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins, dá por encerrada a reunião às 18:25' (dezoito horas e vinte e cinco minutos).

Assinatura ilegível
Assinatura ilegível
Assinatura ilegível
Assinatura ilegível
Assinatura ilegível
Assinatura ilegível

Laranjeira - SES/TO

Ata nº 009/97. Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos oito dias do mês de Outubro de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete) às 09:00 (nove horas) na sala de reunião da Secretaria de Estado de Saúde em Palmas, foi aberta a reunião com a presença dos representantes da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins. **SESAU/TO**: Arnaldo Alves Nunes - Diretor do Departamento de Medicina Preventiva; Nilza Oedeco Reis; Valéria Silva Paranaquá; Ruth Mercês L. N. Paranaquá; Carlos Alberto Landona; COSEMS: Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas - membro efetivo; Valter Evaristo Amorim - SMS/Porto Nacional - membro suplente; José Abílio Seara Filho - SMS/Araguaina - membro efetivo; João Antunes Teixeira - SMS/Araguatins - membro suplente; Wilson Ferreira Costa - SMS/Colinas do Tocantins - membro suplente. Em substituição ao Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins, a reunião é aberta por Arnaldo Alves Nunes - SES/TO, que lê a pauta: 1 - Normalização dos valores dos Ronto - Atendimentos; 2 - Análise e votação dos pleitos municipais ao Ministério da Saúde; 3 - Ofício do município de Guaraí sobre municipalização; 4 - Pleito de habilitação de Araguatins e Cristalândia; 5 - Apresentação do texto normativo da PPI; 6 - Assuntos Gerais. • Explicação PACS sobre prestação de contas pelos municípios; 7 - Comunicações breves; 8 - Montagem da pauta da próxima reunião. Arnaldo Alves Nunes, pergunta aos presentes se há algum item a ser incluído. Walter Evaristo Amorim - SMS/Porto Nacional, propõe inversão da pauta, iniciando por Explicação do PACS sobre a prestação de contas

069A pelos Municípios", o que é aprovado por consenso. Arnaldo Alves Nunes - SES/TO, convida a coordenadora estadual do PACS, Orlaene Oedesco Canedo, para a exposição. Esta reitera que a utilização dos recursos do PACS é normatizado e que os valores financeiros do Programa pelo gestor municipal não podem ser locados em itens que não sejam próprios do PACS. Lembra, ainda, que a prestação de contas é um instrumento de avaliação mensal da atuação do PACS nos municípios, realizado através de formulário específico, reiterando que qualquer outro gasto deve ser informado à Coordenação Estadual do PACS. Arnaldo Alves Nunes - SES/TO, complementa que a produtividade do supervisor é de livre negociação entre as partes, onde o Estado responsabiliza pelo pagamento do Enfermeiro. Arnaldo Alves Nunes - SES/TO, dá continuidade à pauta, solicitando que a técnica Valéria Silva Branquinho - SES/TO, apresente a proposta de "Normatização dos Valores dos Pronto-Atendimentos (PA)". Pela proposta, os Pronto-Atendimentos - unidade de funcionamento até às 22:00 (vinte e duas horas), com leito hospitalar para primeiro atendimento, e profissional médico residente no município - ficam com uma normatização através do percentual do número de consultas médicas: 40% (quarenta por cento) para as consultas simples; 30% (trinta por cento) para as consultas com medicação e 30% (trinta por cento) para as de observação. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, concorda e propõe que estes percentuais sejam definidos pelos municípios após avaliação dos serviços prestados. A proposta é colocada em votação e aprovada por unanimidade, incluída a observação do Neilton Araújo de Oliveira -

sms/Palmas sobre a avaliação pelos municípios quanto aos percentuais. Uinaldo Alves Nunes - SES/TO com a chegada de Luis Eduardo Rodrigues - SES/TO, passa a Residência da reunião a este. Luis Eduardo Rodrigues - Secretário Executivo da Comissão Intergestores Bipartite do Ocantins, passa ao item seguinte, análise e votação dos pleitos municipais ao Ministério da Saúde. Porto Nacional, pleito de 01 (um) veículo Tipo ambulância UTI (Unidade de Terapia Intensiva) no valor de R\$ 50.600,00 (Cinquenta mil e Seiscentos Reais) aprovado por unanimidade, defendido pelo secretário municipal de Saúde Dr. Valtér Ovaristo Amgum, sendo condicionado a pactuação de atendimento e manutenção com o Hospital Comunitário de Palmas. Porto Nacional, pleito de 01 (um) veículo tipo ônibus médico-odontológico no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e Cinco mil Reais), aprovado por 09 (nove) votos a favor e 01 (uma) ausência; Cariri, aquisição de 01 (um) veículo tipo ambulância no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil Reais), parecer do financeiro favorável - município de Cariri representante ausente. Palmeiras do Tocantins, aquisição de 01 (um) veículo tipo ambulância no valor R\$ 21.053,00 (Vinte e um mil e Cinquenta e Três Reais) aprovado por unanimidade. Pium, aquisição de 01 (um) veículo tipo ambulância, representante do município ausente. Miranorte, aquisição de 01 (um) veículo tipo Ambulância no valor R\$ 23.158,00 (Vinte e três mil, Cento e Cinquenta e Oito Reais), aprovado por unanimidade. Capara, aquisição de 01 (um) veículo tipo Ambulância no valor de R\$ 23.157,89 (Vinte e três mil, Cento e Cinquenta e Sete Reais e Oitenta e Nove Centavos), aprovado por unanimidade. Baxolândia, aquisição de equipamentos médicos-hospitalares no valor de R\$ 61.071,00 (Sessenta e Um mil, Setenta e Um Reais), aprovado

070-A por unanimidade. Oocantinópolis, aquisição de equipamentos médicos-hospitalares no valor de R\$220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais) e a construção de 01(um) Posto de Saúde, representante do município ausente. Palmas, projeto de implantação e aquisição de Equipamentos para o Núcleo de Atenção Psicossocial no valor de R\$30.800,00 (Trinta mil e Oitocentos Reais), apresentado pelo Secretário Municipal de Saúde Dr. Neilton Araújo de Oliveira, aprovado por unanimidade; Palmas, projeto para Informatização da Secretaria Municipal de Saúde no valor de R\$138.800,00 (Cento e trinta e oito mil, e Oitocentos Reais), com parecer favorável da Secretaria Estadual de Informática, projeto apresentado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Neilton Araújo de Oliveira, aprovado por unanimidade. Angico, aquisição de equipamentos médicos-hospitalares no valor de R\$147.890,00 (Cento e Quarenta e Sete mil, e Oitocentos e noventa Reais) ficando condicionado à adequação da listagem de equipamentos à resolutividade e recursos humanos encontrados no município, aprovado por unanimidade; Angico, aquisição de 01(um) veículo tipo ambulância no valor de R\$21.053,00 (Vinte e um mil, Cinquenta e Três Reais), aprovado por unanimidade. Aliança do Oocantins, projeto de implantação do sistema de Água Tratada - projeto da SANEATINS, defendido pelo Secretário Municipal de Saúde, no valor de R\$513.258,44 (Quinhentos e Treze mil, Duzentos e Cinquenta e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos), aprovado por unanimidade; Almas, projeto de ampliação e reforma parcial do hospital municipal, defendido pelo Prefeito Municipal, Osmar Lima Cintra, projeto aprovado por unanimidade, condicionado à anexação

de cópia da ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde que aprovou o pleito. Carmolândia, projeto para reforma e ampliação do posto de Saúde no valor de R\$80.000,00 (Oitenta mil reais), aprovado por unanimidade. Santa Fé do Tocantins, projeto para construção de 01 (um) hospital de 26 (vinte e seis) leitos no valor de R\$220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), defendido pelo Prefeito Municipal, Fleury José Lopes, Luis Eduardo Rodrigues - Secretário Executivo da Comissão Intergestores Bipartite, propõe que a primeira etapa seja aprovada como Posto Atendimento. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, pergunta se o Posto Atendimento teria possibilidade, no futuro, de ser ampliado para hospital. Daniel José Bernardes - Engenheiro Civil - Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, confirma esta possibilidade. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, propõe que o pleito seja aprovado, condicionado à formação de consórcio intermunicipal de saúde naquela região. Luis Eduardo Rodrigues, coloca em votação o projeto de Posto - Atendimento com o serviço de Urgência e Emergência - Laboratório mais Raio X, aprovado por unanimidade. Colinas do Tocantins, projeto de Saúde Bucal no valor de R\$106.174,20 (Cento e seis mil, cento e setenta e quatro reais, e vinte centavos) parecer favorável, defendido pelo Secretário Municipal de Saúde Gilson Pereira da Costa, aprovado por unanimidade. Crixás do Tocantins, projeto de implantação do sistema de água potável no valor de R\$135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais), defendido pelo Prefeito Municipal, José Luiz de Almeida, aprovado por unanimidade. Crixás do Tocantins, projeto de 60 (sessenta) módulos sanitários no valor de R\$108.000,00

071-A (Cento e Oito mil reais), defendido pelo Prefeito Municipal e representante da FNS - Fundação Nacional de Saúde, aprovado por unanimidade. Secretaria de Estado da Saúde, aquisição de Equipamentos para o Hemonúcleo de Araguaína, defendido pelo Coordenador do Departamento Financeiro da Secretaria Estadual do Tocantins Carlos Alberto Zandoná. Secretaria de Estado da Saúde, aquisição de Equipamentos para o Hemonúcleo de Guimari, defendido pelo Coordenador do Departamento Financeiro da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins Carlos Alberto Zandoná, ambos projetos aprovados por unanimidade. Secretaria de Estado da Saúde, aquisição de equipamentos para o Hemonúcleo de Palmas, defendido pelo Coordenador do Departamento Financeiro da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, Carlos Alberto Zandoná, aprovado por unanimidade. Secretaria de Estado da Saúde, Construção do Hemonúcleo de Palmas, defendido pelo Engenheiro Civil, Daniel José Bernardes, Técnico da Secretaria Estadual de Saúde, aprovado por unanimidade. Secretaria de Estado da Saúde, reaparelhamento dos serviços do Sistema Único de Saúde do Tocantins, conforme resolução número 103 (Cento e Três) projeto apresentado e defendido pelo Coordenador do Departamento Financeiro da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, Carlos Alberto Zandoná, aprovado por unanimidade. O Secretário Municipal de Saúde de Araguaína, João Antunes Teixeira, questiona os critérios da distribuição dos equipamentos, Neilton Araújo de Oliveira SMS/Palmas, concorda com a colocação e fala que há necessidade de se definir uma rotina para a alta complexidade e redistribuição aos hospitais. Secretaria

012

de Estado da Saúde do Tocantins, projeto RENIS - defendido pelo Engenheiro Civil, Daniel José Bernardes Técnico da Secretaria Estadual de Saúde, projeto no valor de R\$209.896,00 (Duzentos e Nove mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais) do REFORSLIS, R\$88.644,00 (Oitenta e Oito mil, Seiscentos e Quarenta e Quatro Reais) como contra-partida estadual, e um valor Total de — R\$298.540,00 (Duzentos e Noventa e Oito mil, Quinhentos e Quarenta Reais), o mesmo refere que os recursos destinados a esse sistema não financiam serviços contínuos, sem prazo de implantação previsto de 01 (um) ano, e sem como previsão a implantação em 13 (treze) polos no primeiro ano, aprovado por unanimidade. Formoso do Araguaia, aquisição de 01 (um) veículo tipo ônibus equipado com consultório médico e odontológico, no valor de R\$67.000,00 (Sessenta e Sete mil Reais), defendido pelo Secretário Municipal de Saúde, Francisco Carlos Almeida Leme, aprovado por unanimidade. Santo Rosa do Tocantins, aquisição de um (01) veículo tipo Ambulância no valor de R\$24.053,00 (Vinte e Quatro mil e Cinquenta e Três Reais), defendido pelo Secretário Municipal de Saúde, aprovado por unanimidade. Bernardo Sayão, aquisição de equipamentos médicos e laboratoriais e 01 (um) veículo tipo ambulância, município ausente. Ananias, projeto para ampliação e reforma do Hospital Municipal no valor de R\$157.500,00 (Cento e Cinquenta e Sete mil, e Quinhentos Reais), defendido pelo Prefeito Municipal, José Geraldo da Silva, com parecer da Divisão de Engenharia da Secretaria Estadual de Saúde, informa que não haverá aumento do número de leitos, mas sim da área administrativa e serviços de apoio, aprovado por unanimidade.

072.7 Baquatinga, projeto para reforma e ampliação do hospital municipal no valor de R\$242.000,00 (Duzentos e Doze mil reais), defendido pelo Prefeito Municipal, Paulo Roberto Ribeiro; Divisão de Engenharia com parecer desfavorável, aprovado por 09 (nove) votos a favor e (um) contra, condicionado à anexação da cópia da ata do Conselho Municipal de Saúde em que foi aprovado o pleito e a adequação do projeto de Engenharia às normas ministeriais, seguindo as orientações da Divisão de Engenharia da Secretaria Estadual de Saúde. Intervalo para almoço. Ao retornar os trabalhos do período da tarde, Luís Eduardo Rodrigues, recomeça a pauta com a leitura do ofício número 262 (Duzentos e sessenta e dois) da Prefeitura Municipal de Guarai, estando presentes o Secretário Municipal de Saúde e o Vice-Prefeito daquele município. O ofício versa sobre o pleito de municipalização da Unidade da Fundação Nacional de Saúde - FNS, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, estando em anexo, a cópia da ata aprovando o pleito. O Secretário Municipal de Saúde, faz algumas observações sobre a situação da saúde em Guarai, sendo que, anteriormente, não existia a Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde. O Secretário Municipal de Saúde, Omival Nunes da Fonseca, questiona a paralisação do Ambulatório do Hospital Regional de Guarai, relatando que há vários meses o mesmo não funciona. Marcus Henrique Wächter, Diretor de Assistência Hospitalar "São Camilo" no Estado do Tocantins, esclarece que o Ambulatório do Hospital Regional de Guarai não está fechado, estando havendo um problema com o corpo clínico

do hospital que insiste no pagamento de um valor de R\$5,00 (cinco reais) a consulta, quando a tabela do Sistema de Informação Ambulatorial do Sistema Único de Saúde SIA-SUS, determina o pagamento de R\$2,04 (dois reais e quatro centavos). O programa da mulher e DST/AIDS, funciona normalmente, ocorrendo um boicote por parte dos médicos. Marcus Henrique Wachter lembra que o médico Juvidor do Estado recebe R\$4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais) pelo salário e, em média, R\$2.000,00 (dois mil reais) pela produção ambulatorial e AIH. Autorização de Internação Hospitalar. O Secretário Municipal de Saúde de Colinas, Gilson Pereira da Costa, relata que o Hospital de Quaraí nunca funcionou, mesmo na época em que era administrado pela Fundação Nacional de Saúde - FNS. Luis Eduardo Rodrigues, refere que os valores do SIA é nacional. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, indaga se o problema é devido a questão de relacionamento com a classe médica e indaga se o município tem alguma proposta para solucionar o mesmo. Coloca que o Conselho Municipal de Saúde, deve estar bem fundamentado para analisar o problema e também uma definição sobre a gestão, indicando que deve se fazer levantamento sobre o perfil e procedência (com análise de procedência), objetivando uma proposta para se administrar o Hospital Regional, reiterando que o Conselho Municipal de Saúde deve fazer um planejamento de ações, estendendo as discussões nos municípios vizinhos. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, propõe que a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins, faça um ofício à unidade

073-A

mantenedora para encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde, e que haja uma apresentação ao Conselho Municipal de Saúde sobre o plano de ação para resolver a situação atual no município. Luís Eduardo Rodrigues - secretário executivo, coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida são apresentados os pleitos de habilitação em gestão plena de Atenção Básica de Quaquatins e Cristalândia, com parecer favorável da Câmara Técnica de Habilitação. São colocados em votação e aprovados por unanimidade. Luís Eduardo Rodrigues - secretário executivo da Comissão Intergestores Bipartite, expõe o pleito de Cristalândia sobre citologia oncológica fazendo parte do programa da mulher. Neilton Araújo de Oliveira, SMS/Palmas, propõe a votação e agilização do processo, por ser um trabalho já avalizado pelo município, aprovado pelos presentes. A presidência da reunião é passada à Secretária Executiva da Secretaria Estadual de Saúde, Nilza Cedesco Reis, que dá seguimento a pauta. Comunicações breves. Incorporação das Ações de Vigilância Epidemiológica da Fundação Nacional de Saúde - FNS, apresentando pela Técnica Ruth Mercês L. N. Paranaíba - SES/TO, porém conforme os municípios consigam realizar o processamento dos dados, os mesmos irão assumindo essas funções, repassando à Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, as informações de Saúde de forma compilada, havendo a orientação de se fazer a vigilância epidemiológica de acordo com a complexidade e compe-

lência de cada município. A proposta é votada e aprovada por unanimidade. Em seguida, Nilza Odesco Reis apresenta o pleito de Citologia Oncótica de Ponte Alta do Tocantins, sendo aprovado, condicionado à ampliação do Programa da Mulher. Nilza Odesco Reis, dá por encerrada a reunião da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins, no mês de Outubro de 1997 (Um mil novecentos e noventa e Sete) às 18:00 (Dezoito Horas).

Para a Mesa - Fornecedor do Arquivo

José Abílio Sousa Filho ARAGUAINHA

Arquivo?

~~Arquivo~~
Arquivo
Nilza Odesco Reis

Arquivo - SES/TO

Arquivo

Arquivo - Arquivo

Arquivo - Arquivo

Arquivo - Arquivo

Arquivo - Arquivo

Ota nº 010/97. Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. Aos 11 (onze) dias do mês de Dezembro de 1997 (um mil novecentos e noventa e Sete) às 09:30 (nove horas e trinta minutos) na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Saúde em Palmas, foi aberta a reunião com a presença dos representantes da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins. SESAU/TO. Eduardo Novaes

074-A Meduado - Secretário de Estado da Saúde do
Oxantins; Nilza Oedeco Reis; Luís Oduardo
Rodrigues - Secretário Executivo da Comissão Interges-
tores Bipartite; Valéria Silva Paranaquá; Carlos
Alberto Zandoná; Cléia Moraes Oliveira da
macena; COSEMS/TO: José Abílio Seara
Filho - SMS de Araguaína - efetivo; Nilo Hum-
berto Gonçalves - SMS de Guimpi/interino - efetivo;
Francisco Carlos Almeida Leme - SMS de
Formoso do Araguaia - efetivo; João Antunes Rei-
reia - SMS de Araguaia - suplente; Neilton
Araújo de Oliveira - SMS de Palmas - efetivo; Is-
mar Pires - SMS de Dianópolis - Suplente; Gil-
son Pereira da Costa - SMS de Colinas - Suplente;
Valter Ovaristo Amorim - SMS de Pôrto Nacional -
Suplente; Pedro Ricardo Guedes Inchausti - SMS
de Paraíso - Suplente. A reunião é aberta pelo
Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do
Estado do Oxantins Eduardo Novaes Meduado,
agradecendo a presença de todos, iniciando com
os informes sobre deliberações da última reu-
nião da Comissão Intergestora Tripartite - CIT.
Nesta oportunidade reforça a proposta da
Secretaria de Estado da Saúde na expansão
do Programa de Agente Comunitário de Saúde -
PAC's. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, em
primeira avaliação, declara a falta de tempo
de articulação para negociar as propostas no
processo do financiamento da municipalização da
saúde, entende como retrocesso para o sistema
por não contemplar na sua plenitude, por
não haver vontade política para resolver,
mas a luta continua em prol da mobili-

zaca) pela Saúde. Segundo avaliação, faz em virtude do pacote fiscal, não havendo condições de discutir a proposta do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 169. O Estado do Tocantins não acha oportuno no momento solicitação habilitação, mas o município de Palmas deve requerer habilitação, já está implantado o Controle e Avaliação. Quando habilitada pelo Sistema Pleno Municipal, os municípios circunvizinhos de contra-referência, Terão que contratar os serviços do município de Palmas, fazendo-se necessário a criação dos consórcios municipais. O município de Palmas já apresentou a proposta do Consórcio da Região Central do Tocantins. Lembra que, nunca se teve um movimento municipalista como agora. Conclui que, o ano de 1998 (Um mil novecentos e noventa e oito), será o desafio na área da saúde, por ser um ano de eleições Eleitorais. Oduardo Novaes Medrado - SES/TO, fala sobre a proposta de habilitação na gestão do Sistema Pleno Municipal para o município de Palmas, indaga em como vamos dividir as despesas dos serviços de saúde como referência para os Estados Circunvizinhos. Lembra que é uma responsabilidade que o Estado do Tocantins não tem como arcar. A Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins, tem problemas para manter Recurso Humano no serviço de Controle e Avaliação, devido a má remuneração do seu prestador, conclui que neste ano político, vai ser muito discutido. Reforça sua preocupação nos projetos individuais pois

075-A encontra-se acima do projeto coletivo. Quanto ao valor per capita definido pela Comissão Intergestora Oipartite em R\$0,80 (oitenta centavos). Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, declara que para 5.125 (Cinco mil, cento e vinte e cinco) municípios, será um prejuízo, mas 3.100 (Três mil e Cem) municípios o orçamento na área da saúde vai aumentar; a região Norte deve ser beneficiado. A grande vantagem é o crédito fundo a fundo, dando condições para o Gestor Municipal realizar um planejamento para execução das Ações de Saúde no seu município. Sendo este recurso de fundo a fundo federal, contando com a contrapartida do município no mínimo de 10% (dez por cento) do orçamento, como também com a contrapartida do Estado, que também tem que ser 10% (dez por cento) do seu orçamento. Esta negociação tem que ser feita. Dr. Eduardo Novaes Mediado - SES/TO, complementa que a importância do Piso de Assistência Básica/PAB, é o controle pelo gestor municipal na realização das ações de saúde. O Estado do Tocantins tem poucos municípios acima do PAB de R\$0,83 (Oitenta e Três Centavos). A Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, já implantou o Programa de Agente Comunitário - P.A.C.'s em 86 (oitenta e seis) municípios Tocantinense, onde o Governo do Estado garante o contrato da enfermeira para trabalhar no município como supervisora do referido programa. Declara que no primeiro semestre/98 não vê como, sem dinheiro novo, implantar nos outros municípios do Estado o P.A.C.'s. Neilton Araújo

de Oliveira - SMS/Palmas, diz que em face as mudanças do nível Federal, vai haver mudanças a nível Estadual e Municipal. Dr. Oduardo Novaes Medrado - SES/TO, informa que depois da segunda quinzena de Janeiro de 1998 (hum mil novecentos e noventa e oito) deve-se fazer uma extensa programação para divulgação ou treinamento em benefícios aos municípios que já iniciou o processo de habilitação. Quanto aos veículos, Dr. Oduardo Novaes Medrado - SES/TO, informa quanto aos problemas no processo de licitação devido as variedades nos modelos de carros existentes, os quais, não vão servir para determinadas região como Araguatins, Jalapão e outros. Deve-se pensar em carros que tenha condições de atuar em áreas de difícil acesso. Dr. Oduardo Novaes Medrado - SES/TO, após esgotado o assunto, pede desculpas e retira-se desejando feliz Natal e Próspero Ano Novo aos presentes. Substituindo o presidente, Luis Oduardo Rodrigues - SES/TO, faz informes gerais. Maria Lucineide Ribeiro Alvino - SMS/Guimpi, com a palavra informa que está se afastando da Secretaria Municipal de Saúde de Guimpi e apresenta Nilo Humberto Gonçalves - SMS interino de Guimpi, e na oportunidade agradece a todos da Secretaria de Estado da Saúde. Às 12:20 (Doze horas e vinte minutos) faz-se um intervalo para o almoço, com retorno aos trabalhos às 14:20 (quatorze horas e vinte minutos). Na presidência da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins a Senhora Nilza Odesco Reis - SES/TO, faz apresentação dos Pleitos de Habilitação na Gestão

076-A Básica do Sistema Municipal. Sendo regis-
trando os pedidos de habilitação dos municípios:
Paraíso do Tocantins, Guurupi, Nova Olinda, Urua-
guaiana. Após apresentação são colocados em
votação e aprovados por unanimidade. Seguin-
do a pauta, Senhora Nilza Oedesco Reis - SES/TO,
apresenta a Técnica Maria Luiza Salazar Freire-
SES/TO, para fazer apresentação do Projeto do servi-
ço de Prótese e Ortopedia. Finalizando, é proposto 1%
(Um por cento) do orçamento do SIA/SUS para o
financiamento do benefício. Nilo Humberto Gon-
çalves - SMS/Guurupi, informa a existência de
uma verba específica da Secretaria Esta-
dual de Ação Social e Trabalho para este
benefício. Luis Oduardo Rodrigues - secretário exe-
cutivo, esclarece que este não é um benefício de
caráter social e, sim um benefício para pacien-
tes da área de saúde. A proposta de Luis
Oduardo Rodrigues, propõe que dentro da nor-
matização do grupo técnico da Secretaria
Estadual de Saúde do Tocantins, seja definido
o teto de 1% (um por cento) do orçamento SIA/SUS.
Aprovado por unanimidade. Dando continuidade
a pauta, Luis Oduardo Rodrigues - SES/TO faz
apresentação dos pleitos para o orçamento da
União dos municípios: Oaguatinga e Cuzás,
após avaliação da equipe Técnica da Se-
cretaria Estadual de Saúde do Tocantins, foi
indicado a reformulação do Projeto - até a pre-
sente data, não retornando para apreciação da
Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins,
Santa Fé do Araguaia aprovando o Projeto do
Ponto Alendimento; seguindo a pauta, passamos

para apresentação do Relatório de Gestão do ano de 1.996 (hum mil novecentos e noventa e seis) do Município habilitado em Gestão Semi-Plena Formoso do Araguaia-Tocantins, como também, foi apresentado o Plano Municipal de Saúde do referido Município. Francisco Carlos de Almeida Leme - SMS/Formoso do Araguaia, faz uma retrospectiva quanto a implementação dos serviços de saúde do Município, como também do Serviço de Controle e Avaliação. Neilton Araújo de Oliveira - SMS/Palmas, os que inovam, pagam o preço, a municipalização é um processo de conquista do Município. É um processo, que não podemos esperar as devidas tarefas, não podemos esperar um processo de cima para baixo. Não podemos esperar pelo Ministério da Saúde, pelo nível Estadual; temos que buscar parcerias com estes Gestores. As inovações, tem que ter uma visão política do sistema. Luís Eduardo Rodrigues - secretário executivo da CIB, indaga que tendo o município cumprido as responsabilidades do processo de habilitação, coloca em votação o Relatório de Gestão/96 do Município de Formoso do Araguaia - aprovado por unanimidade. Francisco Carlos Almeida Leme - SMS/Formoso do Araguaia, solicita quanto a Ata da Comissão Intergestores Bipartite do mês de Setembro/97, pe de retificação no item que refere-se "que não cabe a Comissão Intergestores Bipartite-Tocantins", Luís Eduardo Rodrigues, depõe que a referida Ata já foi apresentada e aprovada na íntegra pelos presentes naquela oportunidade. Neilton

077-7 Urarajo de Oliveira - SMS/Palmas, pergunta ao gestor de Formoso do Araguaia - Tocantins, qual a proposta de retificação? Francisco Carlos Almeida Leme, deve-se lê que é de competência da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins, deve-se lê que é de competência desde que haja defesa prévia. Neilton Urarajo de Oliveira - SMS/Palmas, informa que naquela oportunidade, Dr. Francisco recusou trazer para o fórum da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins, propõe que Dr. Francisco Carlos Almeida Leme, leia o texto e a frase não dizia a Comissão Intergestores Bipartite, e sim a equipe de auditoria. Em votação 09 (nove) votos a favor e 01 (um) contra. Neilton Urarajo de Oliveira, como Presidente do COSEMS/TO, membro da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins, tem o mandato até dia vinte e dois de Fevereiro de um mil novecentos e noventa e oito. Faz-se necessário uma reunião para eleição da nova diretoria e composição do COSEMS/TO, reitera aos colegas Secretários Municipais de Saúde. Walter Ovariz To Amojim - SMS/Porto Nacional, comunica seu afastamento da Comissão Intergestores Bipartite - Tocantins, devido o afastamento da Secretaria do Município da Saúde de Porto Nacional. Aguarda a todos pelo amadurecimento das lutas em prol da saúde do município. Luis Eduardo Rodrigues Secretário executivo da CIB-TO, agradece em nome de todos pela oportunidade da atuação experiente e amadurecida do Gestor de Porto Nacional. Ismar Pires - SMS/Dianópolis, reforça o convite para a reunião do COSEMS/Tocantins e, Neilton Urarajo de Oliveira - SMS/Palmas, fala sobre a qualificação

do Sistema de Saúde. Luís Eduardo Rodrigues, secretário-executivo, propõe a data da próxima reunião para o dia 15 (quinze) de janeiro de 1998 (Um mil novecentos e noventa e oito), para análise e votação dos Pleitos dos Municípios de Habilitação em Gestão de Atenção Básica de Saúde. Sem mais a ser dito nesta oportunidade, Luís Eduardo Rodrigues, dá por encerrado a reunião às 18:30 (dezoito horas e trinta minutos). —

~~Assinatura~~ PEDRO RICARDO INCHAUSTI
~~Assinatura~~ - Forno do Jagaçara.

~~Assinatura~~ ABILIO SÁINZ FILHO - ARAGUAINA

Diana Angélica Rezende Muiamanda Gomes.

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~ ISMAR PIRES DIAMÓPOLIS.

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~ MANAQUARI - SES/TO

~~Assinatura~~ INTERMUNICÍPIO

~~Assinatura~~ LUIZ EDUARDO DE AMORIM

~~Assinatura~~ DAMACENO CLARA M.O. DAMACENO

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~ GIBSON MEIREZ DE LIMA.